

COLEÇÃO



TRABALHO
DE BASE



É
EDUCAÇÃO
POPULAR

CADERNO 1

O que tem na Mochila do Militante da Política de Solidariedade?



Realização:



tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social



Parceiro:





COLEÇÃO



TRABALHO
DE BASE



É
EDUCAÇÃO
POPULAR

**O que tem na Mochila do Militante
da Política de Solidariedade?**



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva do autor e não representa necessariamente a posição da FRL.



Sumário

	Apresentação: Incuba-se uma ideia
PARTE I	<i>A Mochila Militante</i>
14	1) <i>Pandemia: preparem suas mochilas!</i>
17	2) <i>Onde e como pisamos? Periferias: a coletividade que contempla a diferença</i>
20	3) <i>Solidariedade sendo gestada por meio de uma noção de saúde popular e soberania alimentar</i>
PARTE II	<i>A Mochila Militante que vai ao território</i>
24	1) <i>Solidariedade, da construção do conceito à consolidação da prática política</i>
24	1.1) <i>Entre o egoísmo e o altruísmo: uma ideia de solidariedade</i>
25	1.2) <i>Solidariedade como construção política na tradição do Campo Político do Projeto Popular para o Brasil</i>
30	2) <i>Solidariedade Ativa</i>
30	2.1) <i>a solidariedade presente no território</i>
32	2.2) <i>solidariedade na prática do Periferia Viva</i>
33	3) <i>Solidariedade um ano depois</i>
PARTE III	<i>A Mochila Militante que vai ao território</i>
38	1) <i>Quer ver? Escuta</i>
39	2) <i>Desafios do Trabalho de Base a partir da prática da Solidariedade</i>
40	2.1) <i>Quem faz trabalho de base</i>
42	2.2) <i>Inserção</i>
44	2.3) <i>Conhecer o território</i>
46	2.4) <i>Identificar lideranças, voluntários, agentes populares, militantes</i>
49	2.5) <i>Ações concretas</i>
50	2.6) <i>Organização Popular</i>
53	2.7) <i>Sistematização</i>
56	2.8) <i>Formação Política</i>
58	2.9) <i>Mochila nas costas</i>
61	<i>Bibliografia</i>
62	<i>Anexo 1: ficha de registro</i>

Apresentação: Incuba-se uma ideia

O golpe de 2016, caracterizado pela *derrota estratégica* sofrida pela esquerda, levou a uma reflexão sistemática no Campo Político do Projeto Popular para o Brasil sobre as táticas de *defesa ativa* para romper o *cercos político* que se formou contra as forças progressistas. Em grande medida, a parte “ativa” deste processo se configurou na estratégia de superação de lacunas da esquerda brasileira, sobretudo em relação a um Projeto de Nação e à necessidade de retomar o vínculo com o povo por meio do Trabalho de Base.

O início do ano de 2020 foi bastante incomum para o conjunto da esquerda brasileira: a necessidade do isolamento social diante da pandemia do coronavírus nos obrigou a rediscutir os planejamentos e perspectivas. No dia 14 de março de 2020, alguns militantes da Consulta Popular, do Levante Popular da Juventude, do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) realizaram a primeira reunião virtual sobre como seria a atuação no campo da solidariedade em um contexto pandêmico e em condições de quarentena e isolamento social.

Nas semanas seguintes, foi formado um coletivo com duas pessoas de cada movimento do Campo Político do Projeto Popular, reunindo diversas iniciativas de trabalho popular como o Congresso do Povo. Se constitui assim a coordenação nacional de uma Campanha de Solidariedade que ficou conhecida como Periferia Viva, traduzindo na prática a urgente necessidade do campo político pisar de forma coordenada em territórios comuns para salvar a vida do povo, negligenciada pelo governo Bolsonaro.

A **campanha Periferia Viva** é, portanto, uma iniciativa dos movimentos populares, sindicais, estudantis, do campo e da cidade, que diante da situação dramática da pandemia somaram esforços para semear uma concepção de solidariedade orgânica, já presente nos valores e práticas dos mesmos, mas atualizada pelo contexto da pandemia do novo coronavírus. Nesse sentido, reconhece e luta contra as desigualdades históricas que negam direitos básicos ao povo brasileiro, como o próprio direito à vida e leva essas concepções à prática em diversas periferias do Brasil desde o início do ano de 2020.

A Política de Solidariedade, por meio da campanha Periferia Viva, assumiu a centralidade pelo compromisso ético e moral da militância do Projeto Popular com o povo brasileiro. Em defesa da vida, da necessidade de fortalecer a organização popular nos territórios, do combate à violência, a defesa do SUS, da educação pública e da produção científica, se impôs a necessidade de travar a Batalha de Ideias em um contexto em que a fome agrava a situação nas periferias antes mesmo da chegada massiva do vírus.

O desafio desta geração de militantes, que não renunciam a estar ao lado do povo, foi combinar a defesa do isolamento social com o direito de se manter vivo, ter comida e acesso aos cuidados em saúde. Esse desafio levou a realização de um conjunto de ações de solidariedade protagonizadas por militantes em diversas partes do Brasil.



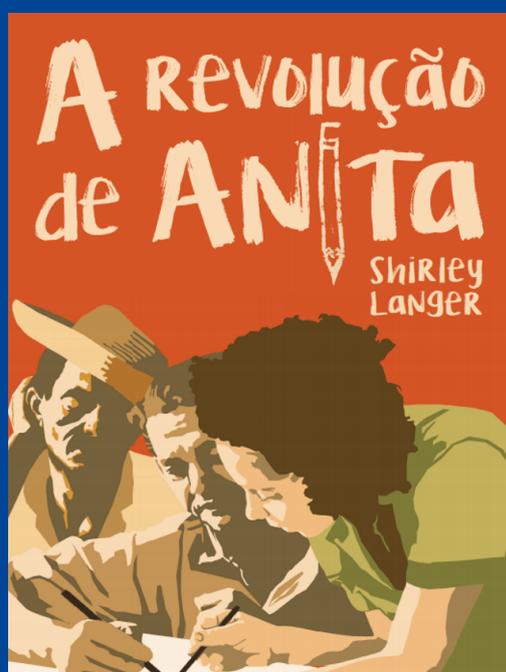
Os militantes foram aos territórios, os militantes e suas mochilas

À primeira vista a mochila carrega alimentos, cuidados, máscaras, álcool em gel, celular para tirar fotos, colher contatos, montar grupos de “zap” e fazer registros. Num olhar mais apurado, ela também carrega medo, angústia, expectativas, dúvidas. Ao mesmo tempo, leva também sementes da organização popular que precisam ser regadas e adubadas para que possam se desenvolver e florescer, como é o caso dos Agentes Populares. Muita coisa foi sendo experimentada e semeada nesse processo.

A alegoria da mochila faz referência a um momento da história da América Latina em que o trabalho de base era a principal ferramenta de organização popular. Na mochila daquela geração de militantes da esquerda - que tiveram a revolução cubana como um farol - estavam as referências pedagógicas de inspiração freiriana, elementos da teologia da libertação, do teatro do oprimido e da leitura marxista da sociedade. Dessa bagagem, nasceu uma concepção de educação popular e de trabalho com o povo, que esteve na origem de importantes movimentos de massas na década 1980, inclusive no Brasil. Pode-se dizer que essa

“*Incuba-se uma ideia*” é o primeiro capítulo do livro *A Revolução de Anita*, de Shirley Langer, publicado pela Editora Expressão Popular (2020). O livro faz um relato ficcional da campanha de alfabetização realizada em Cuba em 1961, quando mais de 700 mil pessoas – em sua maioria camponeses pobres – aprenderam a ler e a escrever. A ação foi responsável por tornar a pequena ilha território livre do analfabetismo. Essa campanha foi uma das tantas iniciativas da Revolução Cubana para libertar o povo e o país do domínio colonial e da ignorância. Anita deixou seu cotidiano para alfabetizar adultos e crianças. Na mochila de Anita tinha papel e lápis escasso, um método de alfabetização popular sendo gestado e a mensagem da Revolução socialista de libertação nacional que estava sendo protagonizada pelo povo cubano.

Atualmente, a crise com pandemia colocou o desafio de deslocar militantes de diversos movimentos populares para a prática da solidariedade nos bairros e periferias dos centros urbanos.



No ano de 2020, por meio da Campanha Periferia Viva, essas mochilas chegaram em 17 estados do Brasil, abrangendo mais de 48 mil famílias. Formou-se mais de dois mil Agentes Populares de Saúde, resultado de 115 turmas de processos de formação. Foram 260 territórios alcançados, por meio de doações da sociedade, de articulações com sindicatos e organizações políticas, além da produção de alimentos pelos movimentos populares. Foram distribuídas 34.780 cestas básicas, 6.300 litros de leite, 2.190 cestas verdes com alimentos da reforma agrária e 40 toneladas de alimentos, além de aproximadamente 6.740 kits de higiene e 21.385 máscaras.

Com o objetivo de construir experiências de soberania alimentar nos territórios em que a Campanha Periferia Viva acontece, foram construídos cinco bancos de alimentos, quatro cozinhas populares, seis hortas comunitárias e três farmácias vivas, para o plantio de ervas medicinais. As comunidades também avançaram no desenvolvimento da comunicação, que pudesse fazer chegar notícias, dicas de cuidado em saúde e discussões temáticas. Desse modo, foram formados oito coletivos de comunicação, quatro “rádios-zap” e uma biblioteca comunitária.

No ano de 2020, a Campanha de Solidariedade Periferia Viva e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social apostaram que seria interessante observar a bagagem dessas mochilas militantes. O Instituto mobilizou seu aparato de pesquisa para captar as novas concepções de trabalho popular que estavam sendo gestadas diante desta situação insólita e dramática na qual se constrói a campanha de solidariedade. Com o objetivo de contribuir no processo de sistematização destas práticas de trabalho popular, foi organizada uma pesquisa baseada em 18 entrevistas, realizadas por meio virtual com militantes de diversos movimentos populares, com variadas experiências de trabalho de base e naturais de seis estados brasileiros envolvidos neste processo: Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Alagoas (AL) e Pernambuco (PE), além do Distrito Federal (DF).

Do ponto de vista metodológico, realizar entrevistas foi a maneira de acessar as vozes das tantas pessoas imersas nos territórios e fazer aproximações cotidianas, diante da situação de não poder estar nos territórios presencialmente. A proposta se deu a partir da construção de um roteiro prévio de acordo com nossos objetivos iniciais, construído junto aos movimentos populares. Durante as entrevistas, o roteiro concebido como caminho, mostrou como esse processo não é linear, mas cheio de imprevistos e de sutilezas absorvidas. É preciso realizar pausas, dar passos para trás, ajustar o ritmo da conversa, exercitar a escuta e permitir que haja espaço para o que vem espontaneamente. O roteiro, portanto, não engessa, e esteve a todo momento sendo repensado. Essa interlocução entre pesquisador e entrevistado mostrou que o trabalho popular tem uma dimensão fundamental, que é a dimensão da pesquisa, que nessa experiência reuniu o trabalho dos *Pesquisadores - Militantes* do Instituto de Pesquisa Tricontinental com o trabalho do *Militante - Pesquisador* na produção de conhecimento a partir das práticas nos territórios, num processo de elaboração de sínteses e possibilidades de universalizar experiências locais.

A primeira parte desta publicação se dedica aos resultados preliminares desse processo de pesquisa: a observação da bagagem da mochila, o acompanhamento dos dilemas cotidianos e dos perfis dos militantes envolvidos na Campanha Periferia Viva.



O que encontramos nessas mochilas? - Solidariedade. Na segunda parte desta publicação buscamos reunir elementos que fundamentam a **solidariedade ativa** que tem o potencial de organizar o povo e despertar protagonismo. A solidariedade ativa que disputou ideologicamente com a solidariedade liberal no momento de emergência quando fomos surpreendidos pela pandemia do coronavírus. Pudemos constatar nas entrevistas como que a Solidariedade da Campanha Periferia Viva se diferencia na prática da *solidariedade* S.A. ou liberal, por ser um processo ativo de ampla participação. Solidariedade é um método de trabalho popular para autonomia dos territórios. Solidariedade é presença constante, é a capacidade criativa do nosso povo. Solidariedade é uma ferramenta de luta a partir de uma relação dialógica.

A pesquisa buscou, portanto, atribuir conteúdo à solidariedade forjada nessas mochilas militantes. A Solidariedade classista, antirracista e feminista. A Solidariedade Ativa foi ganhando contornos de estratégica porque diz respeito à construção de força social urbana. E corresponde a uma tática acertada na perspectiva da defesa ativa à medida em que diz respeito à retomada do vínculo com o povo e à possibilidade de enraizar o método da Educação Popular e inovar nas metodologias. Além do que a solidariedade contribuiu para ativar uma espécie de movimento comunitário de um novo tipo, com diferentes formas organizativas. O resgate da solidariedade como valor da esquerda e seu apontamento como paradigma de futuro é o verdadeiro patrimônio do qual essas mochilas militantes são portadoras.

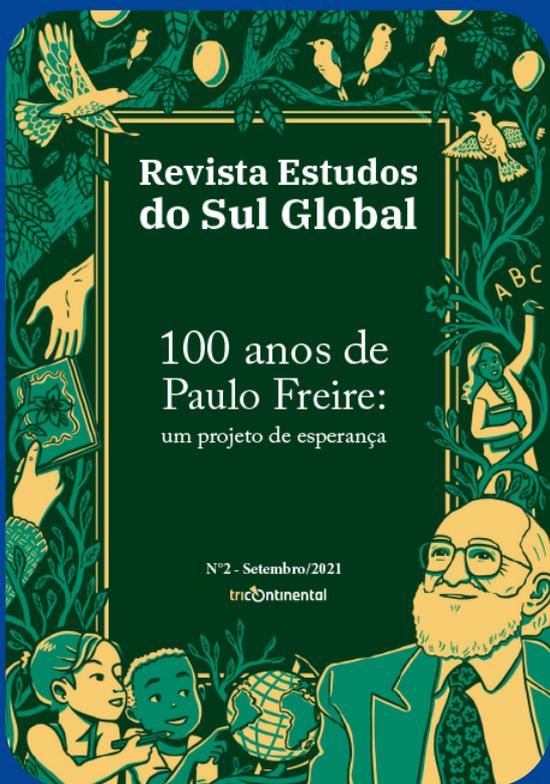
Um ano depois, em 2021, o Brasil vive o luto de mais de 600 mil mortes por covid, e a solidariedade da emergência da campanha transita para a solidariedade relacionada à fome que atingiu 19,1 milhões de pessoas em 2020, parte de um contingente de 116,8 milhões de brasileiros que convivem com algum grau de insegurança alimentar.

No ano de 2021 a Campanha Periferia Viva organizou 26 turmas de Agentes Populares de Saúde (260), 4 turmas de Agentes Populares de Alimentos (132), 3 turmas de Agentes Populares de Educação (50), 2 turmas de Agentes Populares de Direitos (50) e turma de Formação de Formadores (12), totalizando 492 agentes populares. As doações computaram 450 toneladas de alimentos da reforma agrária, 103.300 marmitas e 95.670 cestas básicas distribuídas ao longo do ano.

Quando essas iniciativas aterrissam num território comum nas periferias urbanas percebemos a mochila militante “leva” ao território a prática da solidariedade ativa e “volta” carregada do desafio de desenvolver uma ferramenta fundamental no Trabalho de Base que é a produção de novos conhecimentos.

De um conjunto de questões e a partir das reflexões sobre o que nossa militância vinha construindo nos territórios, nasceu o **Plano Nacional de Formação e Ação**.

Nesse processo, no ano de 2021 compreendemos que na mochila do militante está sendo forjada essa ferramenta fundamental para a produção de conhecimento popular que é a Sistematização. Isso deu origem, no âmbito da Campanha Periferia Viva, à iniciativa do curso **Trabalho de Base é Educação Popular**, no qual pudemos acompanhar o trabalho de cerca de 240 “mochilas militantes”.



Nesse processo, a ferramenta prioritária que agregamos na mochila dos militantes foi a ficha de registro de atividades e a partilha de experiências. O ano de 2021 foi marcado pela **Celebração do Centenário de Paulo Freire**. Diversas Iniciativas marcaram a celebração da efeméride entre elas o Ciclo de Debates promovido pela Escola Nacional Paulo Freire e a Edição Especial da Revista Estudos do Sul Global. Essas iniciativas nos proporcionaram chamar a atenção para a necessidade de vivenciarmos uma verdadeira *refundação freiriana* na cultura militante.

A partir daí a mochila militante segue os passos do andarilho da utopia

A terceira parte deste caderno está dedicada aos desafios do trabalho popular, dentro de uma concepção de inspiração freiriana. A mochila militante “volta” do trabalho de base para a organização carregada de bagagem produzida na tensão do encontro entre a visão de mundo militante e a visão que hegemoniza a sociedade. A sistematização vai sendo compreendida como o momento do *respiro*. Ganha espaço na prática militante o momento dedicado à reflexão sobre a prática, à **produção de conhecimento**, à dimensão da pesquisa para compreender como a militância junto ao povo aprende a ler uma determinada realidade.

Compartilhamos ao final deste volume um possível roteiro que problematiza os desafios de **como** fazer trabalho popular aliado a essa perspectiva da produção de conhecimento. Nosso intuito é que os militantes da política de solidariedade se vejam nessas reflexões que foram produzidas nesse processo coletivo em que articulamos pesquisa, formação, trabalho de base e organização popular. Com certeza essas páginas não dão conta de abarcar toda a riqueza que significa esse processo, mas tem o intuito de ser um material que convida à reflexão sobre a prática.

Temos a convicção que nessas mochilas militante, uma concepção de Educação Popular está nascendo como uma importante bagagem para as lutas do povo brasileiro.

O que tem na Mochila do Militante da Política de Solidariedade?





PARTE I

A Mochila Militante

1) Pandemia: preparem suas mochilas!

A alegoria da mochila militante inspirado no livro “A Revolução de Anita” conduziu nossas reflexões e pesquisa para a bagagem dos militantes que na emergência da pandemia do coronavírus abriram ou intensificaram frentes de trabalho – para além do que outrora desenvolviam – e, se lançaram em diversos territórios onde o vírus e a fome aumentaram o abismo social, a violência e a desigualdade.

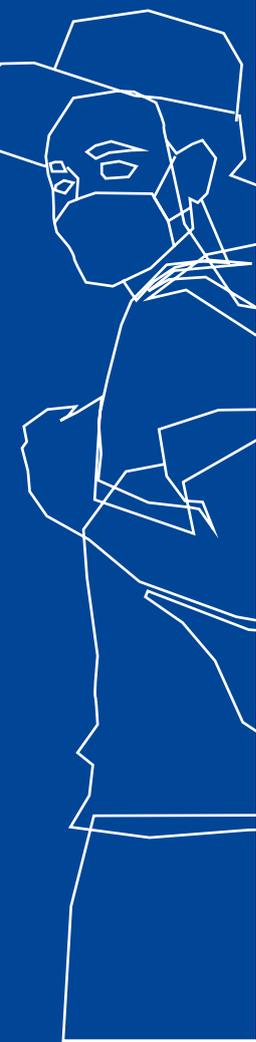
Militantes de diversas origens e trajetórias chegam no território em meio a um contexto de crise, pandemia e avanço de forças conservadoras. Exógenos, muitas vezes não pertencentes aquela realidade, carregam consigo sua “mochila militante”, preenchida não somente com as ferramentas materiais para o desenvolvimento do trabalho (caderno, lápis, caneta, máscara, álcool gel etc.), como também com sua bagagem subjetiva, suas percepções de mundo, concepções políticas, suas análises da realidade. A partir das entrevistas com 18 militantes advindos de diversos movimentos populares em 5 estados: PE, AL, RS, RJ e SP, além do DF, elencamos o que à primeira vista encontramos nessas mochilas:

Na mochila do militante tem cuidado e autocuidado. Há, em primeiro lugar, em tempos de pandemia, material de proteção: álcool em gel, máscaras e luvas, às vezes até uma muda de roupa. Quem vai cozinhar na ação leva também avental e touca. As médicas levam seus equipamentos: aparelho de medir pressão, estetoscópio. Comida e água, a depender do tempo fora de casa.

Os militantes também levam seus medos, suas inseguranças: por si mesmos, pelas suas famílias, pelas pessoas que estão no território, não estiveram imunes a esse medo que atingiu todos nós. A companheira Alana Barros, de Alagoas, traz esses turbilhões de sentimentos quando diz:

“

A realidade difícil que as pessoas da comunidade estão vivenciando, as histórias que estavam chegando para gente, o sofrimento das famílias nesse momento tão adverso, e que se misturavam com os nossos sentimentos com esse lance da exposição. Eu ficava com muito medo, porque moro com meus pais, com a minha família. E ficar saindo e ter que voltar e ser uma possível transmissora desse vírus para minha casa ou da minha casa para as pessoas da comunidade... toda semana eu entrava numa crise e só o choro é que dava uma aliviada. Porque eu tinha muita consciência que a gente não podia parar. Vai ter que continuar, não podemos deixar a comunidade na mão.



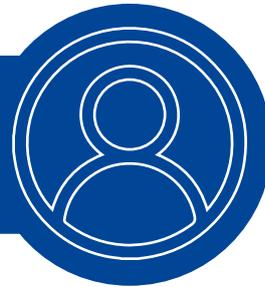
Na mochila do militante tem material de registro e simbologia. O registro muitas vezes é feito pelo celular. Ele serve de aparelho de comunicação para registro de fotos a serem disponibilizadas para as redes sociais e políticas de comunicação da Campanha. Serve também para uma dimensão da organização que é criar o grupo de whatsapp entre os envolvidos no processo. O registro de contatos e organização das tarefas fazem com que caderno e caneta estejam nas mochilas. Junto à camiseta, boné, bandeira do movimento.

Na mochila do militante tem bagagem. Na mochila do militante também cabem livros de teoria social e de poesia. Os ensinamentos de Paulo Freire, Ranulfo Peloso, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque. Zuleide de Paula foi lembrada em Pernambuco, ela escreveu dois livros sobre Peixinhos. As letras de Conceição Evaristo, a arte, a mística. *A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde*, e *Até amanhã, camaradas*, de Manuel Tiago. Na mochila estão as tantas mulheres que estiveram no cotidiano de luta daqueles territórios, nos campos e nas cidades, as lideranças populares lembradas nas histórias contadas e vividas pelo povo.



carrego muito a parte lúdica [...] a poesia, o filme, o que tem por detrás da poesia

Lucas Lemos, MST DF



Na mochila tem intencionalidade. A ação militante junto às comunidades periféricas no Periferia Viva é motivada por uma solidariedade de classe, atenta desde o início a superar a prática de “doações emergenciais”, buscando uma dimensão orgânica, capaz de mapear, envolver, organizar, conscientizar e criar vínculos. O ponto de partida da inserção nos territórios são os problemas concretos da vida do povo. Com a intencionalidade de envolver o povo como protagonista das ações que melhorem suas condições de vida, a ação militante se debruça sobre um desenho de *organizar ações com lideranças locais* para enfrentar esses problemas.



As sementinhas que vão sendo plantadas são com o objetivo de formar formadores, por isso os núcleos de base. A ideia é uma mudança, uma revolução.

Cristiano Salles, MTD AL



Na mochila tem organização popular. Dos aprendizados organizativos, destaca-se: (I) o Trabalho em conjunto: sob a lógica da cooperação entre organizações do campo popular, o trabalho vai mais longe, com mais energia e gera mais força social do que sob a lógica da fragmentação. (II) Ter apenas uma organicidade necessária para o trabalho, sendo a mais horizontal possível. (III) Ter prioridade nas ações com planejamento e articulação entre elas. (IV) Ter continuidade, manter um processo permanente de trabalho de base, capaz de aprofundar os vínculos, a confiança, ao ponto de enraizar/organizar, capaz de superar o cansaço do povo com experiências de se sentir como massa de manobra e colocá-lo em movimento, sentir-se protagonista.

“A mochila também carrega o amor ao território e as experiências de trabalho e de formação que vieram antes: cursos sobre a realidade brasileira, as cartilhas, as experiências das brigadas dos médicos populares, as lutas que marcam a memória e a história, como Elizabeth Teixeira. A luta por direitos e a autonomia da comunidade. O objetivo do desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, produzindo alimento saudável pra classe trabalhadora como direito de se alimentar bem. “Levo o histórico do nosso povo, beber das nossas fontes, ontem mesmo estava vendo sobre Elizabeth Teixeira, esse resgate da história ajuda a gente a se animar e não desanimar nesse período”.

Lucas Lemos, MST DF.

Na mochila tem Valores. A mochila é provida de determinação, coragem, criatividade e vontade de pôr a mão na massa. Cabe na mochila a vontade de estar junto do povo, o amor ao povo, o compromisso, a revolução, todo o projeto popular, o exemplo militante, a vontade gigantesca de mudar a realidade junto com o povo. A esperança do esperar, de acreditar na construção do agora e do amanhã, a paciência impaciente. A solidariedade. A esperança na luta. A paixão pelas pessoas, escutá-las, conhecer a trajetória de vida das pessoas. O diálogo olho no olho. O romper o silêncio. O entendimento de que a construção se faz coletivamente e de que todos têm conhecimento, saberes e o que ensinar. A inspiração de Paulo Freire. Colocar-se junto ao povo, sem reivindicar protagonismo. Portanto, os Valores que se destacam, são: (I) Seriedade: vamos mexer com a vida de muitas pessoas, se as traírmos as jogamos no campo adversário; (II) Respeito. As pessoas reconhecem de modo rápido nossa lógica de trabalho, baseada no respeito e na responsabilidade. É fundamental trabalhar a valorização da cultura, da arte e da sabedoria popular. (II) Relação dialógica: escuta atenta, recolhimento das ideias, síntese e retorno para propagar uma perspectiva pensada, planejada e voltada à ação transformadora.



Eu sempre carrego na minha mochila militante um desejo, um gosto, uma paixão, muito grande pelas pessoas, por escutar as pessoas, por conhecer as suas trajetórias de vida.



Alana Barros, brigadista de Alagoas

“Uma coisa que sempre me incomodou em alguns espaços de ativismo, assim, é uma certa prepotência que às vezes vem pela própria linguagem acadêmica ou pela própria trajetória militante. Como se nós temos a palavra da salvação e a gente tem que chegar nas pessoas e elas tem que nos ouvir, e a gente tem que inculcar aqueles projetos que a gente tem, ou a maneira que a gente pensa o mundo, as nossas ideologias, porque essa é a melhor maneira, porque nós lutamos por justiça social, contra desigualdade. O lugar que a gente se coloca às vezes é muito prepotente, desrespeita a vida das pessoas, as singularidades das pessoas. Então para mim, todos os espaços que me envolvi com militância, algo que eu carrego comigo é que todos tem conhecimento, saberes, o que ensinar”.

Alana Barros, brigadista de Alagoas

2) Onde e como pisamos?

Periferias: a coletividade que contempla a diferença

“Na vida, a gente tem que travar muitas brigas e se existe uma briga na vida que a gente tem de brigar é a briga pela dignidade coletiva; cada uma e cada um de nós briga esta briga numa esquina da vida. Você pode até mudar de esquina; o que você não pode é mudar de briga”. (P. Freire)

Nossa pesquisa foi realizada em cinco estados (PE, AL, RS, RJ e SP) mais o Distrito Federal, que contam com entregas de cestas como parte da campanha de solidariedade em meio à pandemia de Covid-19. As campanhas de solidariedade ajudam tanto as famílias camponesas a escoar a produção (que sofrem com a suspensão das feiras e encolhimento de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional da Alimentação Escolar), quanto no combate a fome que se avizinha e se intensifica nas periferias, construindo e disputando o conceito de solidariedade popular. Além disso, leva alimentos saudáveis a toda classe trabalhadora, entendendo a alimentação enquanto um direito de todos.

De acordo com o balanço de agosto de 2020 do Periferia Viva, inicialmente os estados se dividiram em três grupos em torno da organização e trabalho de base nos territórios. O primeiro grupo foi composto por Pernambuco, estado com maior avanço organizativo e expansão do trabalho de base para outros territórios, com destaque ao processo da comunidade de Peixinhos. O segundo grupo reúne Alagoas e Rio Grande do Sul, cujo balanço de agosto avalia avanços em um único território, mas com potencial para a expansão do trabalho de massa. O terceiro grupo reuniu Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, locais com diferentes formas de articulação do campo político e que contam com a incorporação inicial da metodologia dos agentes populares de saúde, tanto nos territórios em que já existia inserção, quanto em novas áreas. Não foi incluído na pesquisa nenhum estado em que a organização e o trabalho de base fossem consideradas em etapas inferiores, de acordo com a avaliação do Periferia Viva.

Apresentamos algumas análises e reflexões sobre os territórios pesquisados, periferias de grandes centros urbanos. Reconhecemos os problemas de infraestrutura nas periferias e como eles se intensificaram com a pandemia, como a dificuldade de lavar as mãos sem rede de distribuição de água ou de manter o isolamento em um barraco em que moram seis pessoas. No entanto, destacamos que os grandes responsáveis pela maior letalidade e o maior contágio por Covid-19 nas periferias não são as condições das moradias, mas a falta de política de combate à pandemia, pensada a partir das especificidades de cada território. Os moradores de periferias, em especial os jovens, as trabalhadoras domésticas, as técnicas de enfermagem e os entregadores de aplicativos não tiveram o direito de permanecer em quarentena. Pelo contrário, os deslocamentos se intensificaram e asseguraram o isolamento social dos setores médios e altos da sociedade.

Essa rotina os deixou ainda mais expostos ao vírus e, ao voltarem para casa, se depararam com a precariedade da rede pública de saúde em seus territórios. Para além disso, esses mesmos sujeitos contavam com os maiores tempos de espera por uma consulta, e com uma quantidade inferior no número de leitos hospitalares por habitantes. Dessa forma, recusamos o entendimento que pressupõe que as periferias sejam territórios estritamente definidos pela ausência, pobreza, degradação e precariedade; compreendemos as periferias enquanto regiões em que as pessoas se tornaram vulnerabilizadas pelas condições produtivas estruturais e conjunturais e que, no entanto, produzem suas vidas e seus modos de conhecer e de estar no mundo para além das urgências e da miséria do presente e do possível. Periferias como territórios de luta.

Nossas pesquisas se desenvolvem em territórios plurais e desiguais dentro do que se entende como periferia. Em Alagoas, na região entre a lagoa e a cidade, os territórios com lonas levantadas que inundam quando chove; em São Paulo, um dos territórios é um bairro consolidado, o Jardim São Savério. Em Pernambuco, a periferia é ribeirinha; no Rio de Janeiro, é o morro. No Distrito Federal, a periferia foi formada por remoções da experiência modernista do plano piloto, e o trabalho da nossa pesquisa tem englobado cinco regiões administrativas diferentes: Ceilândia, Samambaia, Planaltina, Sol Nascente e Santa Maria, com ênfase na primeira.

Em todos esses locais, o desemprego tem aumentado e as mulheres se destacam no envolvimento com o território. Em sua maioria, são as mulheres que recebem as cestas, as carregam até suas casas e se desesperam quando não são contempladas. O estudo organizado pelo Instituto Tricontinental, *Coronachoque e Patriarcado*, aborda como a pandemia afetou diretamente a vida das mulheres nas periferias e aponta para o aumento de trabalho e opressões nesse período.

Além disso, é possível observar uma juventude bastante desesperançosa nesses espaços, para quem a promessa da universidade já esteve muito próxima e agora volta a ser algo distante de suas vidas (daí também a importância de manter a aposta nos cursinhos populares). Tanto a juventude trabalhadora como a juventude estudantil têm enfrentado problemas específicos na pandemia: retornar à casa dos pais, desemprego, precariedade do ensino remoto.

Os territórios pesquisados também apresentam inserções variadas dos movimentos do campo popular. No Rio Grande do Sul, na Vila Cruzeiro, o trabalho já existia há mais de uma década e, com isso, a ação está bem capilarizada.



O fato de militantes morarem no território e atuarem diariamente junto às demandas locais permitiu maior capacidade de organicidade e vínculo com o povo, fazendo com que o envolvimento dos moradores com a campanha ocorra de forma mais fluida. Para além do momento das entregas, o trabalho diário permite convidar pessoas para ajudar no cadastramento e articulação dos moradores para as tarefas da campanha.

Também foi possível perceber que a bandeira da educação – cursinhos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou métodos de alfabetização – é uma porta de entrada importante no território. Esses instrumentos possibilitaram intensificar o trabalho em Alagoas, São Paulo e no Rio de Janeiro.

A Igreja também aparece como um elemento importante em São Paulo, Pernambuco e no Distrito Federal, seja enquanto mantenedora das condições de vida nas periferias, produzindo redes e os primeiros contatos de acesso em algumas localidades, seja provendo acompanhamento espiritual. No DF, isso ocorre com a parceria entre evangélicos e católicos progressistas, que se reúnem periodicamente para acolher, refletir e agir nos territórios. Os evangélicos acompanham famílias via whatsapp, enviando mensagens de apoio, orações, leituras bíblicas e realizando atendimentos por ligações. Os católicos organizam prosas semanais com grupos locais, compartilham os desafios da vida, leem a bíblia, realizam cantos, música e acolhimento.

Em Pernambuco, um grupo ecumênico desmente a impossibilidade de religiões cristãs e de matriz africana poderem conviver em harmonia na luta contra a desigualdade. Pentecostais, católicos, mães e pais de santo têm se unido contra a fome e contra a pandemia. Fé e luta seguem juntas no caminho da solidariedade.

Nas atividades de doações de cestas, é preciso planejar e dividir tarefas que demandam cerca de uma semana, como a compra ou recebimento das doações, organizar a logística de transporte, montagem, inclusive o local em que as cestas serão montadas (muitas vezes é no quintal da casa de alguém), distribuição, comunicação, pensar nos itens que irão compor a cesta (alimentos e kit de limpeza). Há também a necessidade de se debater se a cesta deve conter apenas alimento agroecológico ou se ela pode ser híbrida.

Em São Paulo, por exemplo, conforme as entregas foram acontecendo, as pessoas começaram a aparecer, então cadastros e listas de reserva foram sendo alimentadas. Quando chegam para fazer a entrega, já existe a lista com os nomes de quem receberia a cesta naquele dia; as famílias são avisadas pelo whatsapp e retiram a cesta no ponto de entrega pré-estabelecido.

Foi possível perceber que a campanha de solidariedade Periferia Viva mesclou quatro critérios de escolha dos territórios: onde já existia trabalho territorial; locais em que era estratégico abrir trabalho; territórios em que já havia militantes morando; ou locais cujas lideranças e outros grupos procuraram algum movimento do campo popular. No DF, isso se expressa da seguinte maneira: o Levante Popular da Juventude já tinha trabalho em Samambaia; as Brigadas estavam abrindo uma frente em Santa Maria; e militantes já moravam em Planaltina e Brazlândia.

No Rio Grande do Sul, já existia trabalho territorial na Vila Cruzeiro, e havia trabalho inicial no Morro da Cruz. No Rio de Janeiro, desde 2014 já existia um trabalho de base na favela de Cerro Corá, que conta com uma relação bastante orgânica com um coletivo local para formar cursinho pré-vestibular/ENEM; em Mangueiras, o segundo território do Periferia Viva, havia um trabalho mais recente em parceria com a Fiocruz, que convocou os movimentos para que desenvolvessem campanhas de solidariedade na região.

Dessa forma, a existência de trabalho territorial local foi um dos principais motivos para a escolha dos territórios, embora outros elementos também tenham sido levados em consideração, como a possibilidade de acompanhamento das atividades e o potencial para a continuidade e ampliação da campanha. No DF, um fator importante foi o fato da militância morar no local, facilitando a organização e a inserção.

3) Solidariedade sendo gestada por meio de uma noção de saúde popular e soberania alimentar

Olhando em retrospecto, desde os anos 1990 as periferias brasileiras contam com o que podemos chamar de agentes populares de educação e agentes populares de cultura, responsáveis por abrirem trabalhos nos territórios com essas bandeiras. Em Alagoas, o trabalho no bairro da Levada, na região lagunar do estado, já explorava o método cubano de alfabetização “sim eu posso”, com brigadistas identificando lideranças religiosas e do bairro e organizando cursos de geração de renda para as mulheres.

Se as décadas anteriores (1970 e 1980) foram marcadas pelas conquistas da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos agentes comunitários de saúde, a pandemia agora direcionou à formação dos agentes populares de saúde, reunindo tanto o acúmulo dos movimentos deste setor das décadas anteriores quanto a experiência recente das campanhas de solidariedade, iniciada com a doação de cestas. Em Peixinhos (PE), embrião deste novo processo, as doações foram organizadas com 32 coordenadoras de ruas - quase todas mulheres -, responsáveis por mapear as famílias e dividir como cada uma participaria da ação: doando dinheiro ou alimento, sendo voluntárias na organização, recebendo doações.

Com o avanço das doações, os militantes passam a refletir sobre os próximos passos. Estavam cientes que alimentar o povo era fundamental, mas como se diferenciar do que identificavam como caridade e solidariedade S.A.? Era necessário criar uma forma organizativa para além das coordenadoras de rua; foi avaliado que nem todo mundo se sente à vontade para ser coordenador, mas a figura de um cuidador poderia ampliar o alcance de moradores interessados na tarefa. Surge, então, a ideia dos agentes populares de saúde, a partir do entendimento de que cuidar é um ato que toca no mais sensível do cidadão comum, principalmente sob um contexto pandêmico.



Foram convidadas pessoas que já tinham se colocado à disposição, com as quais foi realizada uma formação com certificado. A mudança no território foi nítida: mais pessoas passaram a usar máscaras, por exemplo. A ideia foi nacionalizada e ampliaram o escopo da saúde: qualquer pessoa que tenha possibilidade de atuar para a melhoria da comunidade pode ser um agente, seja na área da comunicação, direito, educação, etc. Os militantes teriam, portanto, a tarefa de organizar as formações. Essa foi a grande “sacada” para que o morador que recebe alimento pudesse se tornar um voluntário e, quem sabe, um militante. Alagoas também realizou curso de agentes populares de saúde em uma escola pública dentro do território, local de referência de lutas. São Paulo está na preparação do seu segundo curso de formação de agentes populares de saúde.

Os agentes populares de saúde, bem como os de educação e de cultura fazem em suas respectivas áreas, disputam a noção sobre saúde e reforçam o direito a ela, rejeitando uma educação em saúde baseada no medo e uma experiência definida pelo medicamento. Com isso, foi possível despontar experiências de farmácias vivas e hortas comunitárias com plantas medicinais, vinculadas a uma noção de saúde popular, de cuidado e prevenção. A pandemia também tem intensificado o debate sobre a Soberania Alimentar. Alguns estados já vinham com as experiências dos Mutirões contra a Fome, como o caso do Rio de Janeiro. Como disse Senhorinha, militante de Pernambuco, “a fome e o medo dela é maior que o medo do vírus”. Na mesma toada, os territórios rurais do DF têm incentivado a produção de alimentos e doação de cestas verdes.

As ações de solidariedade também apresentaram algumas questões urgentes que precisam ser resolvidas, como evitar a aglomeração e não potencializar os riscos de contágio do coronavírus, ou a melhor forma de organizar o trabalho não apenas durante esse processo, mas para além da pandemia. Cada território tem encontrado a solução chave a partir de conversas com moradores e referências locais. Em Alagoas, foi necessário organizar plantões de assistentes sociais voluntários para ajudar o povo a fazer o cadastro do Auxílio Emergencial. O DF realizou formação dos agentes populares de direito para auxiliar a solicitação do Auxílio Emergencial, além de ajudarem em outros temas, como o INSS. Em São Paulo, a distribuição de cestas é feita pela Escola Paulo Freire e conta com maior grau de sistematização e organização dos procedimentos, detalhando o “passo a passo” da campanha: uma equipe da escola liga constantemente para as famílias para saber como estão, se tem alguém desempregado, qual a necessidade, se recebia Auxílio Emergencial, além de exercitar a luta por direitos e trabalhar na direção da construção da autonomia de quem recebe a cesta; há também as ações em várias frentes combinadas, como a distribuição com os movimentos e mutirões de saúde. O Rio de Janeiro distribuiu quentinhas para os entregadores de aplicativos, que muitas vezes não têm dinheiro para se alimentar durante a jornada de trabalho. A diferença entre a solidariedade S.A. e a solidariedade ativa; a diferença entre o sujeito bancário recebedor de cesta e o sujeito que não apenas recebe a cesta, mas se engaja na solidariedade como rede, olha para sua comunidade, identifica o problema e pensa formas de solucioná-lo.





PARTE II

**A Mochila
Militante
que vai ao
território**

1) Solidariedade, da construção do conceito à consolidação da prática política

Nessa introdução reunimos brevemente alguns elementos teóricos e políticos para forjar um território comum de análise e reflexão sobre o conceito de solidariedade.

1.1) Entre o egoísmo e o altruísmo: uma ideia de solidariedade

O altruísmo como ausência de egoísmo e o egoísmo como fundamento do progresso, foi um paradoxo necessário à consolidação do capitalismo, da sociedade do livre mercado e da forma de participação na democracia liberal burguesa. Trata-se de uma concepção de humanidade desprovida da qualidade do ser solidário. São teorias que sustentam que, ao fim e ao cabo, o comportamento auto-interessado e egoísta, pressuposto ao desenvolvimento econômico, como mostra Bernard Mandeville (1670- 1733) em sua obra *“Fábula das abelhas, ou vícios privados, benefícios públicos”* (1776).

Com Adam Smith (1723- 1790), considerado o fundador da Ciência Econômica, a atividade econômica ganha a autonomia para assegurar o livre gozo da propriedade. E a partir daí, o preço a pagar pela noção de progresso no capitalismo é a institucionalização da desigualdade entre os homens. É a naturalização de que a desigualdade sempre existiu e é compatível com a natureza e com as sociedades humanas.

Quando Marx e Engels se dedicam à Crítica à Economia Política, sem dúvida a desigualdade entre pobres e ricos é fator de indignação, mas, esses autores estão preocupados com forjar uma visão de mundo radicalmente oposta aos fundamentos do liberalismo por meio de um método de organizar a análise para compreender o movimento real da sociedade, e anunciar a libertação do homem. Essa breve menção a crítica de Marx à economia política, tem o intuito de localizar os marcos no qual podemos pensar a solidariedade numa perspectiva crítica e, portanto, favorável à luta da classe trabalhadora. Destacamos três afirmações:

a) Solidariedade entendida a partir de uma base material comum

Expressa a contradição entre a produção humana ser essencialmente coletiva e a apropriação do produto do trabalho ser privada. Da perspectiva da classe trabalhadora, a qualidade de solidário tem um vínculo concreto com a partilha material. A forma da exploração capitalista fez uma aposta arriscada ao concentrar a força de trabalho em um mesmo local, como em uma fábrica ou em um bairro, como podemos ler em Marx no capítulo “A Cooperação” e “Maquinaria e Grande Indústria”, no livro 1 de *O Capital*. Dessa forma, a burguesia teve que lançar mão da ideologia, do exercício de sua hegemonia nas múltiplas dimensões da dominação de gênero e raça para manter trabalhadores e trabalhadoras em rota de colisão uns contra os outros.



b) Solidariedade entendida como pertencimento

Passa por encontrar meios de pertencimento a uma universalidade (Humana). O indivíduo moderno portador de vontade é uma invenção da modernidade numa sociedade fragmentada e cindida em classes sociais. Nesse sentido, a qualidade de solidário pode ser traduzida ao pertencimento a uma causa ou a um projeto comum de sociedade maior e para além de cada indivíduo. Numa sociedade cindida isso significa se reconhecer, pertencer, tomar partido de um dos pólos da luta de classes. É uma qualidade entre pessoas que, por meio de uma ação consciente, partilham um mesmo projeto de sociedade e de emancipação.

c) Solidariedade entendida como a realização da aspiração da Fraternidade

A Fraternidade é a consigna da Revolução Francesa que o capitalismo não pode realizar, mas que, ao mesmo tempo, é a promessa sem a qual o capitalismo não se sustenta. É necessário a crença num progresso que faça o “bolo crescer para um dia dividir”. A fraternidade seria condição para realização das outras duas consignas: liberdade, e igualdade, ambas inviabilizadas no desfecho da Revolução Francesa pela leitura negativa burguesa de liberdade (como gozo da propriedade individual) e da igualdade (como direitos garantidos entre indivíduos proprietários). Nesse sentido, a qualidade do solidário passa por aspirar à fraternidade como uma conquista coletiva por meio de uma intervenção transformadora na história que supere a noção de propriedade privada.

Diante dessas três afirmações, podemos dizer que na sociedade de classes a “solidariedade” assume um conteúdo político. Esse conteúdo político vamos buscar observar como foi sendo desenvolvido numa das tradições de esquerda da história recente da política no Brasil em que se insere a Campanha Periferia Viva.

1.2) Solidariedade como construção política na tradição do Campo Político do Projeto Popular para o Brasil

O neoliberalismo resgata, do liberalismo clássico, a concepção de indivíduo que triunfou a partir dos anos de 1980 e 1990, fazendo com que cada pessoa entendesse seu próprio sucesso ou fracasso como resultado do seu desempenho individual. É uma ideologia da fragmentação, pulverização, privatização e flexibilização, assim como uma engenharia social que intervém na psique humana para que a socialização seja baseada no medo e na competição. Essa forma de hegemonia do capitalismo contemporâneo corresponde à lógica de acumulação do capitalismo por dominância financeira, colocando novos desafios à luta de classes. Dentre as reações aos efeitos nocivos do neoliberalismo à sociedade brasileira, constitui-se um espaço de debate popular sobre “qual país queremos”. Concretamente, essa pergunta se traduziu na criação do Movimento Político Consulta Popular (1997), na Marcha Popular pelo Brasil, em defesa do Brasil, da democracia e do Trabalho (1999), no Plebiscito Popular da Dívida Externa (2000) e no Contra ALCA (2003), apenas para ficarmos em alguns exemplos das resistências ao neoliberalismo.

Todo esse processo de trabalho popular deram subsídios à eleição do ex-presidente Lula em 2002 (a realização da estratégia eleitoral do Campo Democrático-Popular). Em paralelo, no âmbito dos movimentos populares, foi formada a base do que ficou conhecido como Campo Político do Projeto Popular para o Brasil, que continuou priorizando a estratégia da luta de massas. Baseado nos documentos dessas organizações, destacamos três abordagens da solidariedade como norteadora da ação política e como paradigma internacionalista.

A solidariedade como compromisso do Projeto Popular para o Brasil

A Solidariedade é um dos cinco pilares constitutivos do Projeto Popular, formulados na conferência de Itaiaci (GO), em 1997: soberania, solidariedade, desenvolvimento, sustentabilidade e democracia. A partir de 2011, o feminismo popular foi incorporado como o sexto compromisso na Assembleia Nacional da Consulta Popular Carlos Marighella, em Salvador (BA). Naquele contexto, a ideia de solidariedade foi sistematizada por César Benjamin da seguinte maneira:

“Já dissemos que o Brasil é um país rico, mas seu povo é pobre. Isso também precisa mudar. Hoje, nossa grande capacidade técnica, cultural e produtiva está a serviço dos ricos. Deveria servir para eliminar as manifestações da pobreza -a fome, o desabrigo, o analfabetismo, o desemprego. Todos os brasileiros deveriam ter cinco coisas garantidas: uma casa digna, comida três vezes ao dia, escola de boa qualidade, assistência à saúde e direito ao trabalho. Isso só será possível em uma sociedade que esteja baseada na solidariedade, não no individualismo. Uma sociedade que valorize as pessoas e não as coisas. Uma sociedade aonde todos tenham de fato os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Isso é uma sociedade solidária!” - O Compromisso com a solidariedade, em “O Brasil Precisa de um Projeto Popular.

Cartilha n. 11 da Consulta Popular, junho de 2001.

A solidariedade como um Valor da prática revolucionária

Ela também foi sistematizada por Ademar Bogo, Leonardo Boff e Frei Betto como uma ação consciente de pessoas da mesma classe na busca de alternativas conjuntas para soluções definitivas para todos, como possibilidade de construir alternativas para elevar o ser humano a uma nova categoria, tanto na qualidade de vida quanto na qualidade da consciência e na construção de novos valores, como a realização do sonho da fraternidade universal.

“O valor da solidariedade. Mais do que nunca a solidariedade se torna um valor fundamental, mas devemos entendê-la e desenvolvê-la a partir de nossos interesses de classe, dentro de nosso território e fora dele. (...) Entre os incluídos a solidariedade passa a ter caráter de “colaboração”. Quando vem dos incluídos para os excluídos tem caráter de “assistência”. (...) A solidariedade representa atitudes completamente inversas à colaboração. Deve ser a ação consciente de pessoas da mesma classe na busca de alternativas conjuntas para se buscar soluções definitivas para todos.

Cartilha n. 09 da Consulta Popular, “Valores de uma prática militante”, Leonardo Boff, Frei Betto e Ademar Bogo. Outubro de 2005.



“A Solidariedade. A solidariedade de classes é fundamental para que, independente das categorias de estudantes, camponeses ou operários, se some na defesa de direitos conquistados e a garantia do respeito à dignidade humana. Solidariedade é, portanto, construir alternativas para elevar o ser humano a uma nova categoria, tanto na qualidade de vida quanto na qualidade da consciência e na construção de novos valores. É muito mais do que doar o que nos sobra; é a verdadeira ação transformadora que permite satisfazer as necessidades humanas em suas dimensões objetivas e subjetivas, com a participação de todos.”

Cartilha 19 da CP, Resoluções da 3ª assembleia nacional, 2007.

“A solidariedade se manifesta na compaixão (colocar-se no lugar da outra pessoa), na afetividade, no acerto de parceria e no amor incondicional para que a classe oprimida se realize. Ela se expressa melhor na entrega gratuita daquilo que se tem de melhor, inclusive a própria vida, para que pessoas e povos realizem o eterno sonho da fraternidade universal. “Se sentires a dor dos outros como a tua dor, se a injustiça no corpo do oprimido for a injustiça que fere a tua própria pele, se a lágrima que cair do rosto desesperado for a lágrima que você também derrama, se o sonho dos deserdados desta sociedade cruel e sem piedade for o teu sonho de uma terra prometida, então, serás um revolucionário, terás vivido a solidariedade essencial” (L. Boff).

Caderno de Formação n. 38, Setor de Formação do MST, Método do Trabalho de base e organização popular, outubro 2009.

Solidariedade entre os povos e pela autodeterminação dos povos

A dimensão internacionalista da solidariedade foi amplamente vivenciada pela experiência da Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL). A solidariedade carregava um conteúdo explícito na segunda declaração de Havana: o dever do revolucionário é fazer a revolução, que passou a ser uma meta síntese dos revolucionários nos anos 1960 e 1970 na América Latina. A melhor solidariedade que um internacionalista pode prestar é fazer a Revolução no seu país e depois em outros, não apenas defender a causa dos países em que a revolução triunfou. Essa ideia é evocada também na Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental, de onde tomamos emprestado o nome do Instituto. A solidariedade das causas compartilhadas não pode ser compreendida senão à luz do seu humanismo revolucionário. Che Guevara revela essa dimensão quando diz que o verdadeiro internacionalista “é capaz de sentir angústia quando um homem é assassinado em qualquer parte do mundo e de se entusiasmar quando se erga uma nova bandeira da liberdade, onde quer que seja”. Para além disso, a solidariedade é sobretudo uma prática real e ativa entre os povos que lutam contra o Imperialismo e pela defesa da autodeterminação dos povos que lutam em processos de transição ao socialismo. Na prática, o movimento internacionalista se organiza em comitês de solidariedade à Cuba, Venezuela, Palestina etc, destacando-se a produção de cartazes que levam a mensagem de solidariedade por meio da estética.

Solidariedade na perspectiva da ação política

No período mais recente quicá a solidariedade tenha aparecido na perspectiva da ação. Ainda que não seja explicitada, a solidariedade aparece na forma de “vida boa para todos, bens comuns e igualdade/diversidade”. O caso dos paradigmas do Projeto Brasil Popular, que promoveu, a partir de 2016, o debate em torno do compromisso com a melhoria das condições objetivas de vida do povo brasileiro e as mediações com a construção de propostas para um projeto de país.

No Congresso do Povo Brasileiro (2017) diante do objetivo das Brigadas de enfrentar o desafio do trabalho de base e desenvolver a capacidade de organizar a vontade popular na sociedade brasileira, a solidariedade é mobilizada como uma orientação para a atuação nos territórios em que o militante deveria colocar o seu coração e alma na escuta atenta ao conjunto das crises e contradições que o povo passa.

2.5 Desenvolver ações de solidariedade.(...) São essas ações que ampliam a possibilidade de diálogo e mobilização. A solidariedade já é uma prática de quem faz a luta popular. O povo já a pratica. O trabalho de base precisa dar o sentido de classe a essa solidariedade, enquanto prática social que emancipa a própria classe.

Caderno de Trabalho de Base do Congresso do Povo.

Na campanha Periferia Viva (2020) temos uma primeira aproximação do que seria a solidariedade ativa como um método de construção de vínculos com a classe trabalhadora:

“Quanto a atualização da concepção de solidariedade, a compreendemos em disputa na sociedade. A classe dominante educa para a solidariedade passiva, para o assistencialismo, reforçando seu método de silenciamento do povo, mantendo-o longe da democracia, sem espaços de expressão, de participação, mergulhado no não-diálogo, alimentado por respostas mágicas para seus enormes problemas objetivos e subjetivos. Nesse momento histórico, entendemos a solidariedade como um valor organizador de nossas práticas políticas, como um pilar do projeto popular, que parte da defesa incondicional da vida do povo, da classe trabalhadora mais explorada. Solidariedade como dimensão do cuidado com as nossas vidas e as vidas de todas as pessoas, compreendendo que esta crise e pandemia se agravarão exigindo das organizações populares uma prática planejada do trabalho de solidariedade de médio e longo prazos. Um trabalho aberto para as articulações para além do nosso campo, de organização leve e dinâmica, dinamizada por militantes que buscam estar em equilíbrio físico e emocional. Solidariedade como método de construção de laços com a classe trabalhadora urbana, desde seus territórios de moradia, de trabalho e de estudos, desde uma pedagogia emancipadora, educativa, organizativa, política e cultural, capaz de popularizar o debate e a necessidade de um projeto popular de país, de uma visão de futuro descolonizadora, com uma estratégia e um programa político de vida comum em sociedade, desvendando e envolvendo o atual sujeito coletivo deste contexto histórico.”

Elementos de balanço político e desafios da Campanha Periferia Viva, agosto 2020.



O dossiê *Um olhar sobre juventude e periferia em tempos de CoronaChoque*, do Instituto Tricontinental, termina com uma nota edificante. Kelli Mafort, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), distingue “Solidariedade S.A.” e “solidariedade popular”. O primeiro é outro termo para caridade. Os dons da caridade são necessários, mas, nesse modelo, eles não formam novos tipos de sociedade nem constroem a confiança da classe trabalhadora; doações podem ser tão desmoralizantes quanto a própria pobreza.

Chamamos solidariedade S.A. a prática de doações que dividem as pessoas entre doadoras e receptoras, compreendendo as receptoras como meros receptáculos da benevolência de quem doa. É um modo de olhar e se relacionar muito parecido com o que Paulo Freire chama de educação bancária. Sabemos, ainda, no caso das grandes corporações, que as doações funcionam como propaganda, que poderão estimular ainda mais os lucros das empresas num futuro próximo.

A solidariedade popular, por outro lado, surge dentro das comunidades da classe trabalhadora; baseia-se na ajuda e no respeito mútuos e produz organizações que aumentam a dignidade das pessoas. Esses grupos progressistas mobilizam os jovens para arrecadar e distribuir suprimentos, fazer vínculos com cooperativas do MST no campo que promovem a alimentação agroecológica, lutar contra a violência policial e pela reforma agrária. Em outras palavras, mobilizam os jovens a acreditar profundamente no potencial de um mundo diferente da miséria que lhes é imposta pelas crueldades do sistema capitalista. Esse dossiê contém lições para o Programa Mundial de Alimentos, que depende muito das monoculturas, das cadeias verticais de valor das empresas alimentícias ocidentais e do modelo de caridade “Solidariedade S.A”. A oportunidade do Prêmio Nobel deve dar coragem ao Programa Mundial de Alimentos para promover a produção e distribuição diversificada de alimentos.

Na sistematização do MTD, nas primeiras propostas de organização das ações concretas de solidariedade, começam a emergir com as práticas militantes onde a solidariedade vai sendo concebida como a linha de salvar a vida do povo por meio de redes de articulação e apoio mútuo.

Partimos do fato de que estamos em uma guerra total (com um inimigo invisível, um vírus) e isso requer o envolvimento em diferentes graus de todos, de cientistas, médicos, enfermagem, serviços de saúde, de assistência social... e nós que compomos o grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores que nos colocamos em grupos, em movimentos populares e organizações comprometidas com os valores humanistas, juntos com todo o nosso povo. (...) A questão primeira é criarmos as condições materiais de sobrevivência na quarentena: alimentos, energia, remédios, água e para isso precisamos de renda, essa deve ser garantida pelo Estado, e isso exigirá uma forte pressão organizada. Mas, em um quadro de guerra invisível, com um governo perverso é preciso tornar visível a nossa organização, nossa defesa comum, onde todas as vidas importam e devem ser preservadas; Nesse sentido devemos reunir enquanto linha de ações a solidariedade, agitação, denúncia, reivindicações – organizadas, sobretudo em uma grande REDE de articulação e apoio mútuo, em âmbito local, municipal, estadual e nacional, desde os contatos de telefone, redes sociais e ações territorializadas em pequenos grupos.

Na Encíclica *Fratelli-Tutti* do Papa Francisco de 2020, o valor da solidariedade é destacada em seu caráter educativo e a prática dos movimento populares:

O valor da solidariedade. 114. Quero destacar a solidariedade, que «como virtude moral e comportamento social, fruto da conversão pessoal, exige empenho por parte duma multiplicidade de sujeitos que detêm responsabilidades de caráter educativo e formativo.(...) Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, que não se pode dizer; mas é uma palavra que expressa muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro (...). A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem».

Fonte: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/pa-pa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

2) Solidariedade Ativa

Organizamos algumas afirmações sobre os contornos do termo Solidariedade que está colocada em prática pela campanha Periferia Viva desde 2020. Para isso, num primeiro momento vamos tecer algumas observações da solidariedade já existente nos territórios periféricos com intuito de reunir elementos que nos ajudem a identificar o que a solidariedade praticada pela Campanha Periferia Viva se diferencia. Num segundo momento buscamos captar nas entrevistas como a solidariedade está sendo compreendida pelos militantes que a traduzem na prática concreta. E num terceiro momento, ousamos três afirmações à solidariedade como paradigma (necessário) na reorganização da esquerda.

2.1) A solidariedade já existente no território

A solidariedade nas ruas e vielas das periferias do Brasil acontecem nas miudezas do cotidiano. As necessidades imediatas das tantas gentes ao redor fazem com que o único quilo de arroz seja dividido com a vizinha que não tem, ou que seja colocado um cano do lado de fora do barraco para o povo poder pegar água: “água é ação solidária concreta. Ninguém precisa dizer isso, ou tirar foto disso, mas a gente percebe que isso está acontecendo” (Tobias Falcão, MOPS, Alagoas). A periferia já conhece a solidariedade, as pessoas se ajudam, a solidariedade popular que existe nas periferias é uma ferramenta de sobrevivência, é o pensamento que um precisa do outro e sabem disso. Para Tobias Pereira, Brigadas, Distrito Federal:

“A solidariedade popular é uma ferramenta que não começou agora, ferramenta de luta do povo desde o início, desde a nossa constituição como povo. É uma ferramenta de sobrevivência. Seja no mutirão para construir as casas, seja no repartir um quilo de feijão, é quando uma vizinha grita ajuda em um canto e os outros vizinhos acolhem. É uma solidariedade construída no coletivo e para o coletivo. Para mim, solidariedade popular é isso: o povo junto resolvendo seus problemas”.

(Tobias Pereira, MTD- DF)



Quando pensamos na solidariedade popular buscamos uma sistematização daquilo que já ocorre entre o povo, sem desconsiderar as ambiguidades dos territórios e pessoas. No território lagunar de Alagoas, em que as enchentes são constantes e as moradias construídas com lonas, os moradores se disponibilizam a construir os barracos destruídos e a doar lonas, mesmo quando seus próprios barracos estão comprometidos. Uma região abandonada pelo poder público e que o coronavírus é mais um problema nas comunidades que já tem tantos outros a serem enfrentados. Em plena pandemia o povo se coloca em movimento para garantir a vida em meio às adversidades.

Nas ações de solidariedade espontâneas nas periferias as mulheres são as primeiras a se movimentarem. As mulheres são a principal força de voz nos territórios, pois são elas as principais agentes de solidariedade, se destacando como lideranças locais (Cristiano Salles, MTD, Alagoas). Para Janderson Dias, do Levante Popular da Juventude do Rio de Janeiro, “as mulheres estão muito mais à frente nas ações, são elas que fazem acontecer”. As mulheres são as primeiras a tomarem iniciativas para buscarem auxílios para sua família, sendo grande parte dessas mulheres, em alguns territórios atendidos pelas brigadas de São Paulo, mães solas. Além dessa busca, as mulheres também se mobilizam e organizam pela comunidade, se tornando o ponto de referência para os movimentos que começaram os trabalhos emergenciais nesse período.

Jucy de Carvalho, militante em Petrolina, Pernambuco, ressalta a parceria de diversas comunidades de fé, como terreiros, igrejas de diversas tradições do cristianismo, com as ações do Periferia Viva e Mãos Solidárias. Essas instituições têm sido pontos de coleta, arrecadamento e distribuição de cestas de alimentos para a população das regiões mais afetadas pelo Estado, sendo que em diversos territórios as igrejas foram os primeiros pontos de contato com a comunidade. Vale ressaltar que as igrejas evangélicas periféricas, que são construídas pela classe trabalhadora, também realizam uma solidariedade do povo para o povo, embora seja uma solidariedade que não é necessariamente politizada. Para a brigadista Alana Barros, “as igrejas pentecostais exercem um papel fundamental nesses territórios, de sustento, sobrevivência e alimento da mística e espiritualidade dessas pessoas”.

É necessário desvincular os evangélicos dos pastores raivosos midiáticos, claro que sem idealizar, mas também pontuando a importância desses pontos de fé, cultura e solidariedade nas regiões mais empobrecidas do país. Lucas Lemos, militante do MST do DF, pontua isso quando diz: “O contato, e o trabalho de base, que muitos movimentos perderam, as religiões sabem fazer muito bem. Que é chamar pessoas para si, trazer esperanças para elas, dar um apoio físico, ou de conseguir um emprego ou as condições que a pessoa está precisando. Às vezes o carro quebra, e é o carro que a pessoa trabalha, e os irmãos vão lá e se juntam para consertar o carro daquela pessoa. Então, essa parte da solidariedade a gente aprende muito com as igrejas. Essa solidariedade com o trabalho de base, que é aproximar mesmo, não é só o dar, mas você fazer parte de um grupo que vai te dar um apoio e que a partir daquele grupo você vai ter uma relação com a sociedade como um todo.”

2.2) Solidariedade na prática do Periferia Viva

Solidariedade é um processo ativo de ampla participação

Dentre as falas dos militantes, a partir da construção concreta nos territórios, a solidariedade é entendida como um processo ativo, ou seja, o povo construindo seu protagonismo e novas referências para além da militância que toca a campanha. É um processo de ampla participação, em que cada um contribui com o que é possível. É um processo onde se constrói a ideia do povo buscar sua independência e se voltar para o próprio povo.

Solidariedade é um método de trabalho periférico para autonomia dos territórios

A solidariedade aparece também como método de trabalho nas periferias, com destaque para a comunicação constante dos militantes com a famílias, pensar, planejar e realizar as ações junto à comunidade; o método remete à formação de uma teia de relações com protagonismo e engajamento das comunidades e criação de novas referências em que as mais variadas formas de engajamento, sejam elas religiosas, culturais, comunitárias, partidárias, dialogam entre si.

Solidariedade é presença constante

Solidariedade aparece na fala dos militantes como presença constante. A solidariedade não é piedade e é diferente da caridade. É o povo cuidando do povo e isso se traduz de várias maneiras, desde a defesa da CLT e na luta por direitos até a distribuição de alimentos agroecológicos, fruto da luta e do trabalho coletivo. Ser constante e coletivo coloca o desafio de envolver as pessoas que estão recebendo as cestas para além do recebimento bancário (montagem, arrecadação). Vale destacar, nessa presença permanente, a participação da juventude, que se coloca como protagonista e agente transformador da realidade: “se não formos nós, que não somos grupos de risco e que não precisamos ficar em casa cuidando de alguém, quem vai ser?”.

Solidariedade é a capacidade criativa do nosso povo

Nas palavras de Senhorinha (PE), “a solidariedade popular é a capacidade criativa que o nosso povo tem, em momentos de maior crise, encontrar coletivamente as respostas dessa crise. O nosso povo já tem o germe da solidariedade; mãe leva o filho da vizinha na escola, Dona Maria que só tem um quilo de feijão divide com José que não tem nenhum. Mas a solidariedade de classe é a gente se perceber como um povo, como uma classe que é explorada, oprimida o tempo todo, é essa necessidade de ajudar o outro chamando-a a perceber a realidade que está inserida. Não é ensinar a pescar, mas perguntar por que ele, ainda que possa aprender a pescar, não tem a vara”.



Solidariedade é uma ferramenta de luta

É uma ferramenta de luta do povo, que não começou agora. Ferramenta de sobrevivência. É o mutirão para o trabalho, seja de construir casas ou partilhar o feijão com o vizinho. A Solidariedade construída no coletivo e para o coletivo. Povo junto resolvendo seus problemas. O que a gente contribui é trazer a compreensão que o problema não é só do território, do indivíduo, mas de todo país, é pauta nacional. Trazer isso do local para o global. É se colocar em risco, algumas pessoas terão que se arriscar para salvar outras. Não é compartilhar o que sobra, mas é o povo que compartilha o que tem.

Solidariedade é diálogo, ou relação dialógica

Solidariedade aparece também como uma dimensão da Batalha de Ideias em que se exercita a relação dialógica. A solidariedade popular é a ponte de diálogo. Peguemos como exemplo as doações do MST: o povo recebeu e participou do processo de doação. Foi transformador como ele passou a enxergar o movimento. Por meio do alimento na mesa, é possível deixar o povo mais aberto a ouvir. O processo organizativo (organizado e respeitoso) desperta admiração. É difícil o povo dizer das suas necessidades e fazer com que a comunidade se perceba como um todo. A solidariedade permite abrir brechas para o diálogo em relação aos direitos. O povo acha que quem ajuda tem dinheiro, para isso, foi preciso deixar claro que também somos povo, dando início ao primeiro processo de conscientização.

2.3) Solidariedade um ano depois

No final do ano de 2020, em dezembro, na Reunião do Campo Político do Projeto Popular dedicado ao trabalho de base e construção de força social urbana, o tema da Solidariedade Ativa assumiu contornos mais claros como paradigma para uma ação política de esquerda consequente e emancipatória. Três afirmações marcaram esse momento a partir da construção da Campanha Periferia Viva:

A Solidariedade é classista, antirracista e feminista

Classista, porque é o povo que se coloca em movimento no sentido de sua emancipação. Considerando 14 milhões de pessoas desempregadas ou 40% entre desempregados, desalentados e beneficiários de auxílios sociais, não há perspectiva de processo revolucionário sem envolvê-los, sem o protagonismo desses. Considerando que a pandemia do novo coronavírus impacta de maneira desigual os territórios, os brancos e negros, o combate aos efeitos do vírus é também o combate ao racismo que organiza as cidades e as periferias. Considerando que as mulheres negras são as mais afetadas pela pandemia, é necessário que nossas formulações e ações abranjam uma dimensão de que a solidariedade é classista, antirracista e feminista.

A Solidariedade é estratégica

Primeiro porque diz respeito à construção de força social urbana. Viemos de uma experiência de esquerda hegemônica que cada um rema na sua raia. A reorganização da esquerda passa pela construção de força própria no meio urbano. A organização ou força política que tiver força própria no meio urbano conduz o processo de reorganização da esquerda. Segundo, é estratégico porque é central no enfrentamento ao neofascismo. Nos referimos ao deslocamento eleitoral de votos populares em Bolsonaro. E terceiro, porque é tarefa do Campo Político, por isso, nenhuma organização isolada fará, pois o trabalho de base demanda recursos humanos e financeiros. Incide diretamente no desafio posto de construir a unidade e a habilidade de conduzir a construção dialogando com um conjunto de interesses corporativos dos movimentos, o que coloca a necessidade de constituirmos uma direção política (como campo político).

Solidariedade é a tática acertada

Diante da derrota estratégica, a defesa ativa diz respeito à retomada da reconexão com o povo. Primeiro, porque é a possibilidade de enraizar a Educação Popular e inovar nas metodologias. Segundo, porque tem a intencionalidade de ativar uma espécie de movimento comunitário de novo tipo, com diferentes formas organizativas. É preciso compreender que não existe dicotomia entre Periferia Viva e a construção das nossas ferramentas organizativas. Ativar o movimento comunitário é uma aposta política para enraizar nossos movimentos nas periferias urbanas.

A mochila que foi ao território na emergência da pandemia (março 2020), um ano depois, no início de 2021 - quando a Solidariedade já tinha “saído de moda”, ou seja, o impacto inicial da pandemia se arrefeceu - encontrou a face mais perversa da crise econômica: a fome. Com a questão da fome se colocando como um problema cada vez mais urgente, as ações de solidariedade se depararam com o desafio que exige ações mais profundas e prolongadas, que alterem estruturalmente o sistema de produção alimentar e a geração de trabalho e renda no Brasil.

Há uma mudança de chave: da atuação emergencial de campanha para o desafio da construção territorial perene, através de eixos de atuação nos temas e/ou problemas como a questão da alimentação, da saúde, do trabalho, da educação, que correspondem a problemáticas conjunturais e estruturais ao mesmo tempo, e colocam **o desafio da transição da lógica de campanha para uma política de solidariedade.**

Destacamos três dimensões que fundamentam a **política de solidariedade:**

Unidade campo cidade

A solidariedade no tema da fome teceu esse encontro na prática, por meio da união do alimento produzido na luta pela terra com a panela vazia nas periferias da cidade. As experiências concretas nos mostraram que esse encontro pode ser um momento que aprofunde, inclusive, os vínculos entre todas as partes envolvidas no trabalho de base e na construção da solidariedade, principalmente no território urbano.



A política de solidariedade se concretiza nesse encontro, quando olhamos para capacidade educativa que a troca entre esses dois meios pode proporcionar. Como no exemplo de Pernambuco, onde a unidade campo e cidade é primordial para as ações e iniciativas de solidariedade na cidade, seja por meio do alimento, incluindo os sujeitos inclusive na produção (no caso dos roçados solidários), seja na distribuição, indo às cidades para as mãos dos mesmos sujeitos que foram parte fundamental para que o alimento fosse cultivado.

Síntese do sindical e popular

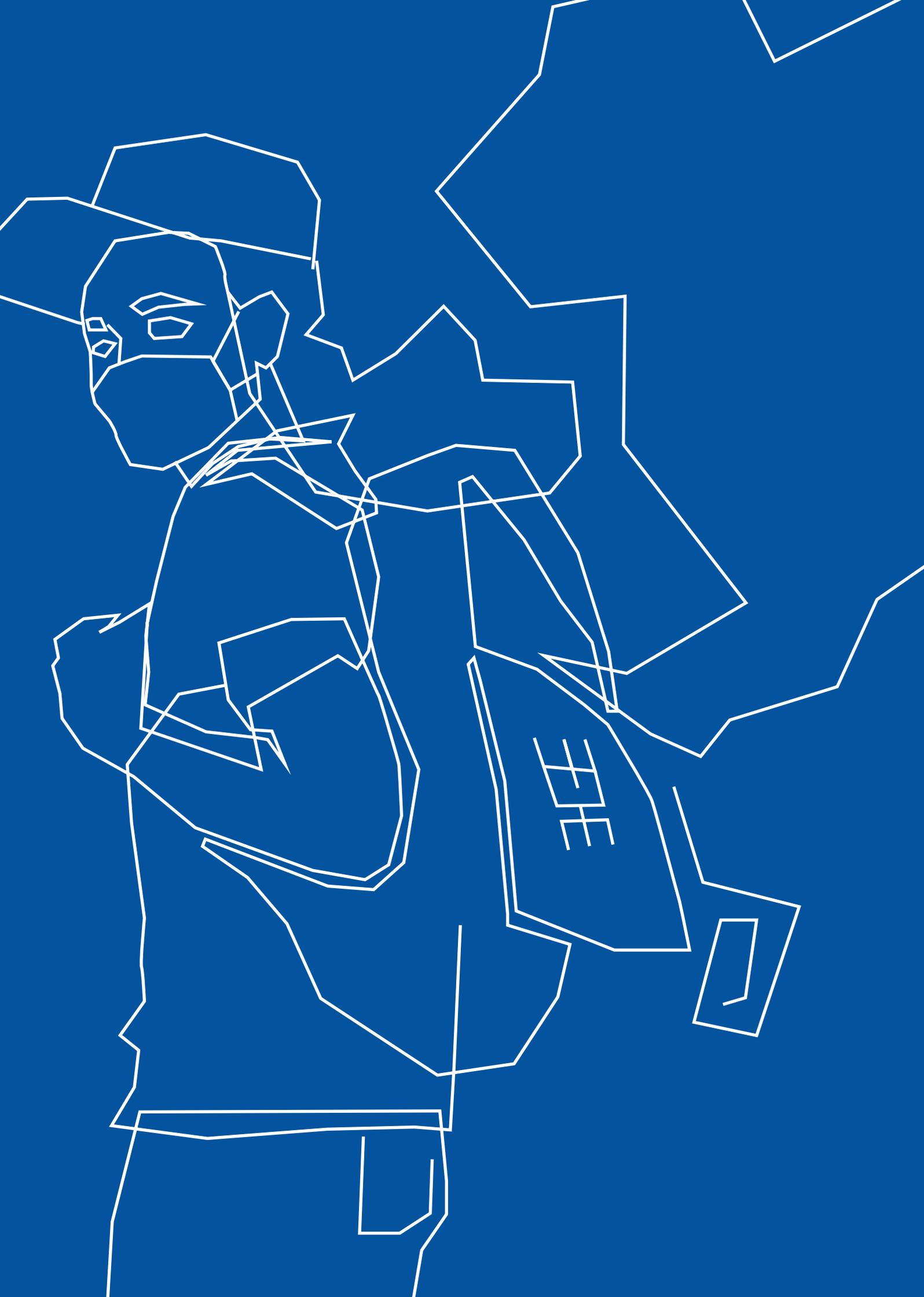
A solidariedade promoveu essa síntese no tema do trabalho e renda. Essa síntese está relacionada à atribuir um conteúdo sindical ao trabalho popular no meio urbano à medida em que ele está vinculado a demandas concretas da vida do povo. E, por outro lado, o caráter popular na prática sindical contribui para que essa supere características corporativas.

Transição da Campanha para uma Rede de Solidariedade

A solidariedade forjou um método de trabalho popular que deve ser processual e não estar à deriva da descontinuidade própria das campanhas, visando a construção de vínculo e enraizamento, atrelada a uma concepção de educação popular. Assim como constatamos que temos uma cultura (do fazer) o trabalho de base com pouca processualidade. Ao ser concebido, temos dificuldades em planejá-lo por momentos, ou seja, organizar as fases de inserção, imersão e enraizamento. Primeiramente, é fundamental repensar como deslocamos os militantes e os preparamos para a tarefa de mapear as contradições e identificar as forças atuantes no território. Um segundo aspecto, é criar condições para embrenhar-se no território, nos relacionando com forças presentes e compreendendo como organizar as lutas que respondam as questões mais imediatas. E terceiro, ao adentrar no território, é necessário dotar de caráter estratégico as ações realizadas, no sentido de enraizar nossa referência política e acumular forças.

Esta forma de organizar o trabalho de base não está ligada a uma campanha ou uma etapa específica. São passos importantes a serem observados, independente do tempo de imersão e enraizamento no território. Desse modo, entendemos que na medida que o trabalho de base toma uma dimensão de processo, ele passa a ser incorporado a um planejamento de curto, médio e longo prazo. O que não nega a importância das campanhas, mas busca superar essa lógica centrada em ações pontuais.

Em nosso caso concreto, partimos de diversas iniciativas de solidariedade que se aglutinaram em torno da Campanha Periferia Viva. No entanto, é necessário dar um salto de qualidade nessas iniciativas, articulando-as a um processo de trabalho de base contínuo. Por meio dessas ações, criamos vínculos com sujeitos e territórios. Para mantê-los e avançar na organização popular, precisamos qualificar nosso método de trabalho. Por isso, quando afirmamos que a Campanha Periferia Viva pode e deve transitar para uma política de solidariedade, é com o objetivo de superar essa lógica de descontinuidade, construindo a unidade com o nosso campo político.





PARTE III

**A Mochila
Militante
que volta
do território**

1) Quer ver? Escuta

Se a alegoria da mochila militante, inspirada pelo livro “*A Revolução de Anita*”, conduziu nossas reflexões e pesquisa para a solidariedade que os militantes de diversos movimentos populares levaram na sua bagagem aos territórios na emergência da pandemia, nesse processo pudemos captar os desafios dessa experiência de Trabalho de Base que as mochilas recolheram e trouxeram como provocações para as organizações e movimentos populares avançarem na identificação dos dilemas da construção de força social no meio urbano.

Militantes de diversas origens e trajetórias chegam nos territórios em meio a um contexto de crise, pandemia e avanço de forças conservadoras. Exógenos, muitas vezes não pertencentes àquela realidade, carregam consigo sua “mochila militante”, preenchida de uma certa experiência de Trabalho de Base e as concepções do Projeto Popular para o Brasil.

Por sua vez, o povo também carrega suas certezas, sua mochila: não são sujeitos rasos, sem opinião, mas detém também sua complexa interpretação do mundo, que não necessariamente caminha junto das perspectivas e análises de conjuntura da esquerda.

A tensão desse encontro de bagagens é o tema desta terceira parte. A dialética do encontro do militante e a base social. Há, na relação entre *os que chegam* e *os que estão* no território, uma série de tensões, que se dão em diferentes formas e níveis. Desde a questão da linguagem, do vocabulário, do diálogo e da escuta talvez seja a mais latente, e corresponde a um campo onde observamos um desencontro. Ou seja, essa experiência fez com que os militantes trabalhassem na emergência da pandemia em base social diferente da que estavam acostumados a fazer Trabalho de Base.

O amadurecimento do processo no interior da Campanha Periferia Viva foi a compreensão coletiva de que há uma ciência na escuta, e precisamos aprendê-la. O desafio da Sistematização soa como um poema de Francisco Alvim: “*Quer ver? Escuta*”. Surge como o desafio de um método de escuta que deve ser permanentemente atento. É um desdobramento do encontro dialógico entre a bagagem da Mochila Militante e a bagagem da comunidade em que o trabalho de base está sendo desenvolvido. Assim, estávamos diante do desafio de atribuir à mochila militante uma ferramenta de decodificar a realidade e codificar nova visão de mundo.

Tendo em vista esse desafio, o *Curso Trabalho de Base é Educação Popular* (TBéEP) foi gestado como uma ferramenta para teorizar e sistematizar as experiências de trabalho de base no meio urbano a nível nacional, principalmente nas periferias das grandes e médias cidades. O curso teve como principal desafio reunir mochilas militantes que estão nas ações concretas, na ponta das construções da política de solidariedade em todo Brasil, com condições de “ouvir e ver” os territórios. É reunindo essa bagagem da leitura produzida na tensão do encontro das visões de mundo no território que o curso foi estruturado problematizando a construção de uma base analítica e teórica.



O TBéED é uma construção teórico-prática, que ao longo de 2021 buscou, a partir do acúmulo das experiências sistematizadas, construir um processo nacional de Trabalho de Base que contribua no desafio de teorizar e sistematizar nossas práticas de Educação Popular, colhendo nas diversidades de experiências elementos comuns que nos ajudem a definir afirmações coletivas para a construção de uma Política de Trabalho de Base ligada a uma estratégia de transformação social.

Para tal, o curso desenvolveu um método que não parte de conteúdos previamente definidos, mas de uma construção coletiva junto aos educandos. O aprendizado é coletivo, e o curso caminha exatamente a partir dos conteúdos sistematizados pelos Núcleos de Base. Ou seja, trata-se de um processo de elaboração reflexiva acerca das práticas de Trabalho de Base urbano. A partir disso nos desafiamos a apontar algumas tarefas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de base, levando em consideração que trabalharemos de forma mais contundente as afirmações no caderno 2.

2) Desafios do Trabalho de Base a partir da prática da solidariedade nos territórios:

A partir das entrevistas da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Tricontinental e da sistematização dos Núcleos de Base no processo TBéEP nossa percepção é que na mochila militante estão sendo forjados uma série de desafios que dão pistas aos dilemas de construção de força social no meio urbano.

Quando a campanha vai dando lugar à uma concepção de política de solidariedade, à necessidade de construir uma rede perene de solidariedade enraizada nos territórios, coloca-se concretamente a dimensão do Trabalho de Base dentro de uma estratégia de construção de força social urbana compartilhada por diversos movimentos, do campo e da cidade, envolvidos na política de solidariedade.

À primeira vista, os militantes se engajaram na política de solidariedade portadores de uma bagagem que foi, em grande medida, forjada pela geração de Anita. Uma concepção de Educação Popular da qual se desdobra um roteiro “de como fazer Trabalho de Base” sistematizado por educadores e educadoras populares que acompanharam processos concretos de trabalho popular em outras conjunturas.

Inspirados nos educadores/as como Paulo Freire, Oscar Jara, Fals Borda, Esther Perez, entre outros, entendemos a sistematização como interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque fizeram desse modo.

Com objetivo de (I) ter uma compreensão mais profunda das experiências que realizamos com o propósito de interpretá-las e melhorar nossa prática; (II) compartilhar com outras práticas semelhantes os ensinamentos das experiências; (III) conduzir à reflexão teórica o conhecimento produzido a partir de práticas sociais concretas, onde a preocupação com a sistematização foi ganhando espaço na política de solidariedade.

Quando a sistematização tem lugar na mochila militante, a constatação é que aquele jeito que os militantes estavam “acostumados” a fazer Trabalho de Base se mostrou insuficiente diante da realidade que encontraram nas periferias urbanas em contexto de pandemia. O momento de interpretação crítica e coletiva de várias experiências de Trabalho de Base com o povo revelou limites nas práticas de educação popular até então experimentadas, ao mesmo tempo que diagnosticou lacunas na concepção de construção de força social urbana no Campo Político do Projeto Popular para o Brasil. Ao compreender que a sistematização do trabalho de base produziu conhecimentos sobre o que fazemos e sobre o como fazemos na mochila militante foi se tornando repositório de desafios que foram sendo explicitados nos espaços coletivos do TBéEP.

Quando voltamos nossos olhares para esse conjunto de mochilas, já não éramos mais somente 18 (das entrevistas), mas nos percebemos sendo mais de 200 no TBéEP, e percebemos que algo novo estava surgindo: cada militante se entendendo como um/a educador/a popular; cada militante se reconhecendo como pesquisador/a-militante, cada qual se percebendo como parte de um processo de forjar no Trabalho de Base uma concepção de Educação Popular, adequada aos tempos atuais. Compartilhamos a seguir alguns registros desse processo a partir dos espaços nacionais do TBéEP.

2.1) Quem faz Trabalho de Base?

“São os militantes que fazem Trabalho de Base, pois, essa ação política, necessariamente, faz parte da estratégia de uma organização popular. A primeira tarefa do Trabalho de Base é a formação de um núcleo de militantes, com compreensão e disposição para entrar num processo”.

A maioria dos militantes não titubeia em responder nesse sentido a essa indagação.

Acontece que a Solidariedade reuniu militantes experimentados advindos de diversos movimentos populares, como por exemplo, MTD, Levante Popular da Juventude, Congresso do Povo, MST, MP, Consulta Popular e Pastorais Sociais. Ou seja, reuniu militantes com experiência de Trabalho de Base muito diverso, desde experiência no movimento estudantil até em acampamentos da luta pela reforma agrária. No contexto de pandemia, deslocar militantes para o bairro, abrir novas frentes de trabalho ou intensificar trabalhos já existentes jogou luz sobre o diagnóstico de descontinuidade e dispersão nas iniciativas de linha de massa urbana experimentadas pelo campo político.

No início esse processo se assemelhou mais a uma política de linha de massas que atua na conjuntura do que a uma política de Trabalho de Base nos marcos da estratégia de um movimento popular em específico.



Esse diagnóstico diz respeito à constatação de que a atuação dos movimentos populares nas periferias se caracterizou, via de regra, por campanhas, eventos colados em acontecimentos e temas conjunturais. O limite da *processualidade* de iniciativas como, por exemplo, semana *Nós por Nós* do Levante Popular da Juventude, Curso pré-vestibular Podemos Mais, jornada de lutas do MTD, Congresso do Povo, as experiências de plebiscitos populares, leva a um diagnóstico de fragilidades na criação de vínculos e enraizamentos nos territórios.

As organizações, no interior da campanha Periferia Viva, foram amadurecendo o entendimento de que as ações precisam ser concebidas, planejadas e executadas de modo estratégico e processual. Identificamos esse como o **desafio de planejar e colocar intencionalidade e processualidade em cada ação**. No caso específico das ações de solidariedade, entendeu-se que a atuação não pode se reduzir ao momento da entrega de alimentos, que por si só é de suma importância. Mas, deve ser um trabalho popular permanente e precisa estar ligada ao objetivo mais amplo: acumular força social e organizar os sujeitos dentro do Projeto Popular.

Nesse sentido de planejamento, processualidade e intencionalidade, o desafio principal é compreender a necessidade de uma estratégia de construção de força social urbana que seja comum entre os diversos movimentos populares, sindicais e organizações que supere a descontinuidade das “campanhas” e aponte para uma política de trabalho de base nas periferias.

Nesses marcos de uma estratégia comum, o segundo desafio é pensar em que condições esses militantes fazem trabalho de base.

Nesse sentido, emerge a necessidade de consolidar uma política de acompanhamento militante que passa muitas dimensões, as quais sintetizamos abaixo:

Dez dimensões de uma política de acompanhamento militante :

- 1) Criar condições para ter um núcleo de militantes, com compreensão, disposição, coesão, que seja estável e permanente, que não esteja subordinado às pressões materiais da vida;**
- 2) Conhecer, selecionar e posicionar adequadamente os militantes em determinada tarefa por um determinado tempo levando em conta suas capacidades, qualidades pessoais, afinidades com a tarefa e legitimidade política;**
- 3) Planejar a realização da tarefa, delimitando as atribuições da instância, dos compromissos e da responsabilidade do militante com relação ao cumprimento dessa. Designar funções para o militante de acordo com as necessidades da organização em compatibilidade com o desenvolvimento político do militante;**
- 4) Estruturar uma política de transição e de deslocamento de militantes para cumprir determinada tarefa em algum bairro/município/estado;**
- 5) Elaborar e acompanhar de forma coletiva um Plano de Trabalho que tem um papel fundamental no exercício de organizar metas, responsáveis e prazos para a realização de tarefas;**

6) Valorizar e zelar pelo desenvolvimento político-ideológico do militante, planejando os momentos dedicados a processo de formação. Contribuir para que o militante tenha espírito crítico, criador e superador no desenvolvimento das tarefas;

7) Levar em conta a escuta atenta, a necessidade do registro, da partilha e da sistematização da experiência;

8) Política de cuidado e autocuidado militantes. Preservar forças, dividir tarefas, dimensionar viagens e compromissos do militante. Zelar pelo tempo de pausas, ócio e descanso na agenda. Cuidados com a saúde mental, emocional e física;

9) O acompanhamento militante diz respeito a estar atento para desvios como o militarismo, a impaciência, o subjetivismo, o dogmatismo, o sectarismo, o pragmatismo e a complacência. Assim como estar atento para as qualidades pessoais a serem desenvolvidas como a paciência, serenidade, humildade, fidelidade às causas do povo, responsabilidade, cooperação, trabalho coletivo, discricção. Bem como o entusiasmo no cumprimento das tarefas; relações fraternas e o cultivo da mística revolucionária;

10) Zelar pela avaliação permanente dos militantes nas respectivas tarefas.

2.2) A inserção

“A luta é travada onde a classe oprimida está. O militante entra no território pela porta que o povo abre”. Se nas últimas décadas as fechaduras foram tentadas, algumas abertas e outras criadas, no contexto de crise com pandemia a solidariedade encontrou muitas portas abertas.

Pudemos constatar que, de forma geral, apesar de combinar experiências variadas dos militantes no trabalho nos territórios (alguns já tendo atuado em territórios periféricos, em assentamentos e/ou atividades organizativas mais gerais), a inserção na campanha de solidariedade levou a militância a “se jogar”, ou seja, se envolver em maior intensidade e responsabilidades em tarefas novas, muitas vezes pouco experimentadas. Deste fator se extrai duas questões: a inexperiência, que fazia com que se buscasse replicar outras ações, construídas em outras conjunturas e com propostas táticas diferentes, como campanhas pontuais de divulgação e agitação. Por outro lado, rapidamente se percebeu, por parte da militância, a diferença qualitativa do Trabalho de Base e a falta de orientações ou modelos estabelecidos exigiu reflexões próprias em cada região, se construindo ações das mais plurais pelo Brasil, dialogando com as realidades locais e os limites organizativos.

Identificamos esse como o **desafio da assimilação da metodologia de inserção, imersão e enraizamento**. As ações de solidariedade produziram ao longo desse período novas experiências e despertaram trabalhos adormecidos. A experiência da militância foi adentrar na rotina das pessoas e ter a oportunidade na ação conjunta, numa cozinha comunitária por exemplo, de compreender como as pessoas pensam os problemas cotidianos e como se organizam em outra “chave” que não as da reunião (naquele formato das organizações populares).



Via de regra, os movimentos populares têm o costume de adentrar nos territórios e já no primeiro momento “protagonizar as formas de se organizar”. Acostumados a falar, a convocar, a agir. A militância tem o hábito de preparar uma reunião a partir de um modelo específico de encontro. São dispostos ao debate político. A constatação é que o militante protagoniza o processo: leva a pauta, o jeito de fazer. Onde o povo entra nisso? Essa metodologia de inserção se mostrou insuficiente. Coloca-se concretamente a necessidade de ser criativo e promover condições de participação de várias formas e em vários níveis.

O ciclo inserção, precisa preparar a imersão e criar as condições para o enraizamento. Observa-se que a pressa por resultados faz com que algumas dessas etapas sejam suprimidas na consolidação das relações e da permanência nos territórios. Em vista disso, destacamos alguns pontos para serem levados em conta nesse processo.

Cinco pontos a serem levados em conta numa metodologia de inserção, imersão e enraizamento:

1) Decisão da chegada: *O Processo da inserção pode ocorrer a partir da demanda externa de ações de solidariedade ou interna de organização do povo. Esse processo precisa ser planejado e organizado em um plano de trabalho, que evite o ativismo e estimule o profissionalismo no Trabalho de Base;*

2) A entrada no território: *Ela precisa ser acompanhada de um estudo minucioso da realidade. O estudo da realidade se dá ao longo do processo. É uma dimensão de pesquisa-militante e deve mobilizar uma série de ferramentas que apurem o olhar e amplie a possibilidade de ler determinada realidade em determinado momento. É uma prática que atribui à inserção uma dimensão de mergulho, de imersão nos cheiros, cores, vocabulário, músicas, dados mensuráveis, identificação de forças políticas atuantes, ou seja, elementos objetivos e subjetivos que nos auxiliem produzir uma fotografia na qual o militante se reconhece enquanto povo;*

3) A escuta: *A postura precisa ser escutar o que o povo está pensando e sentindo. A fala militante deve ser o segundo momento. O primeiro é a escuta. Só assim é possível colocar em diálogo a visão de mundo militante com a visão de mundo hegemônica em determinada comunidade;*

4) Nos apresentar: *Esse momento requer um cuidado no diálogo que vamos estabelecer, esse é um momento muito delicado. Pois é no momento do primeiro diálogo que muitas vezes cristalizamos visões em torno dos sujeitos e de quem aparentamos ser no território. Por isso, é fundamental praticar o exercício da escuta ativa, pois temos o hábito de protagonizar as formas de falar e agir, por isso, é importante dar tempo e espaço para que os sujeitos dos territórios se coloquem em cena, pois se iremos estabelecer um trabalho esse será com o povo e não para o povo;*

5) Criar vínculo: *Contando com um diálogo cuidadoso, uma escuta ativa e a priorização de processos em que os engajados participem. A ciência do militante é identificar que tem tarefa para todos os perfis de engajamento. É preciso ser criativos ao passo que vamos construindo as lutas e ações, nem sempre o que estamos acostumados a realizar é suficiente para o território urbano, por isso, é necessário desafiar novas formas, não há receita de bolo nesse aspecto, é importante olhar para o que temos feito nos últimos períodos (cozinhas, roçados, a metodologia dos agentes). Esses processos foram frutos desse novo momento em que foi preciso nos reinventar, e seguimos nesse desafio, mas com passos já dados.*

2.3) Conhecer o território

“Conhecer os quatro cantos do território. Conhecer é mais do que levantar informações. Conhecimento diz respeito a colar o corpo numa realidade, saber lê-la e interpretá-la. Conhecer e ser conhecido é não ser um estranho ao território, é um exercício de desenvolver cumplicidade, confiança e empatia”.

Conhecer o território é uma tarefa necessária para todo militante envolvido no Trabalho de Base. A política de solidariedade desenvolvida nacionalmente, mostrou três desafios bem concretos para suprir essa necessidade: 1) é um processo de conhecimento que ocorre de formas variadas em cada região; 2) existem fragilidades no levantamento de informações; 3) o que fazer com as informações produzidas.

Estes três desafios são parte do processo de pesquisa-militante, e o caminho para superá-los passa pela/o militante se compreender como alguém que produz conhecimento, que produz uma análise crítica da realidade e que faz a mediação da escuta atenta do povo com o seu conhecimento trazido pela militância e pelo estudo do território.



Inspirados na “*Pedagogia do Oprimido*”, de Paulo Freire, compreendemos que investigadores (militante-pesquisador) e “homens e mulheres do povo” são sujeitos da mesma metodologia. Isso não atrapalha a objetividade da pesquisa porque não há homem ou mulher fora de seu contexto social. Os temas existem na relação dos homens e das mulheres com o mundo. Justamente por isso, é fundamental que esses homens e essas mulheres também os compreendam como tema de reflexão e ação. Por isso, a investigação temática é tão importante e é um esforço compartilhado entre os militantes e os homens e mulheres que vivem no território.

A postura militante é não tomar as pessoas como objeto de investigação. É preciso operar numa lógica de reciprocidade. A postura do educador popular é a de quem apresenta o universo temático como problema, não como dissertação. Não é possível elaborar roteiros de pesquisa sobre o território a partir de pontos pré-fixados pelos investigadores. Para a decodificação, o militante-pesquisador deve fazer trabalho de campo: anotar coisas significantes, acompanhar reuniões, momentos de lazer, para daí elaborar relatos de observação que serão subsídios para serem discutidos em espaços e seminários que irão produzir o “conhecimento sobre a realidade”.

Dimensões e categorias da produção do conhecimento com o povo:

Produção do conhecimento: “conhecimento científico e o conhecimento do ser humano”. Diálogo entre visões de mundo diferentes produz conhecimento. Educador e educando, militante e morador de uma comunidade, são sujeitos da produção do conhecimento.

O diálogo produtor de conhecimento libertador parte sempre da escuta, e dialoga-se sempre sobre uma realidade concreta, ou seja, diálogo entre visões de mundo que nem sempre são iguais. O diálogo produz superação das visões de mundo do militante e do morador, do educador e do educando, do agente pastoral e da comunidade. O diálogo parte da visão de mundo do educando sobre a realidade concreta. Parte da escuta do outro, da leitura de mundo da comunidade. É necessário humildade para escutar o outro, é necessário despir-se das verdades que trazemos conosco. A visão de mundo é como interpretamos os fatos, os dados da realidade. Como compreendemos o mundo, como nos colocamos no mundo. A realidade concreta é como cada um interpreta e compreende os dados da realidade. A visão de cada um sobre a realidade em que se está. Assim, o diálogo transcende o falar da pessoa. É preciso estar atento às manifestações diversas, aos silêncios, que são também manifestações da visão de mundo do outro.

Limite explicativo: limite da comunidade, do educando, para explicar sua realidade. Exemplo de fala que contém um limite explicativo: “É justo eu morar sobre o córrego porque não tenho dinheiro para morar em outro lugar”, ou “sou pobre porque Deus quis assim”. Esta fala expressa uma não-consciência de que todas as pessoas têm direito à moradia digna. Todo processo de conscientização produz conhecimento, necessariamente. Conhecimento, para Paulo Freire, é práxis: prática + teoria, ação + reflexão. Por isso, conscientizaÇÃO.

Conscientização: “tomar conhecimento de uma realidade”. Ter consciência é diferente do processo de conscientização. Conscientização parte de nossa consciência de que somos agentes da mudança da realidade; exige ação sobre a realidade e reflexão sobre a ação em que nos engajamos para transformar a realidade. Para Paulo Freire, é do ser humano se humanizar, ser-mais. É, portanto, ontológico do ser humano. Este direito ontológico pode nos ser suprimido pela opressão. Para Freire, o processo de conscientização é sempre um processo de libertação para o educador e para o educando, juntos, engajados em ação que, assim, será sempre transformadora da realidade. Conscientização: ação – reflexão – ação. Refletir sobre a prática, coletivamente, para novamente agir coletivamente.

Em Paulo Freire, a dialética (tese – antítese – síntese) assume a expressão da “dialogicidade”, ou seja: visão de mundo do Outro/da comunidade (realidade concreta) – visão de mundo do militante/educador – superação conjunta no diálogo/síntese. Esse é o movimento de produção de conhecimento, de transformação da realidade.

2.4) Identificar lideranças, voluntários, agentes populares, militantes

“Enxergar as estrelas no território. Identificar os potenciais militantes que se destacam no processo de trabalho de base”.

Essa dimensão de olhar atento, ter olhos para ver as sementes de potenciais militantes que se destacam no trabalho de base é bastante interiorizada pela militância no trabalho de base. De modo geral, os militantes logo identificam as pessoas que se destacam nas tarefas, mostram disponibilidade e são referências na comunidade e já imaginam essas pessoas como militantes com potencial de se engajar nas tarefas do movimento.



Com a intencionalidade de envolver o povo como protagonista das ações que melhorem suas condições de vida, a ação militante na campanha de solidariedade se debruça sobre um desenho de *organizar ações* com lideranças locais para enfrentar esses problemas. Ou seja, a menor participação da militância em realizar as ações e mais ocupar-se em como envolver lideranças locais, no local de moradia. As experiências locais fizeram com que os militantes se engajassem num processo de estudo e resgate de experiências como os Conselhos Populares de Saúde dos anos 80 no Brasil aos CDR's – Comitês de Defesa da Revolução, em Cuba. Assim como o resgate e estudo de diversos materiais sobre trabalho de base. E, a partir desses estudos compreende-se o **desafio de ter olhos para ver uma constelação** na heterogênea classe trabalhadora e seus espaços políticos diversos construído por mulheres, negras, negros, jovens, LGBTQIA+, ambientalistas, grupos de diferentes matrizes religiosas. Nesse sentido, os Agentes Populares passam a ser “estrelas do território”, passa a ser a meta das organizações nos territórios vinculados a uma ideia de autonomia local, de organizações enraizadas, de referências locais se consolidarem. Esse entendimento amplia o olhar da militância para novas e muitas formas possíveis de militância ou de engajamento em tarefas militantes, para além do recrutamento para o movimento popular.

No desenvolver da pesquisa, verificamos que a campanha de solidariedade pressupunha inicialmente três perfis: O militante, a liderança comunitária e o voluntário. No entanto, o que vimos foi que essas categorias não esgotam os perfis envolvidos na campanha. Identificamos outros dois perfis, também como resultado e avanço mesmo da própria campanha. Considerando esses novos perfis, reformulamos os perfis de pessoas envolvidas na campanha Periferia Viva, e sugerimos defini-los mais por suas tarefas do que por seu vínculo prévio ou não com uma organização ou com o território. É importante dizer que essa tipologia tampouco esgota a experiência das pessoas na campanha, mas contribui para visualizar os perfis dos envolvidos na prática da solidariedade.

Dimensões e categorias da produção do conhecimento com o povo:

(1) Militantes: *São pessoas organizadas, envolvidas com a militância no MST, MTD, LPJ, MPA, Consulta Popular, Pastorais, entre outros movimentos e organizações Populares e Sindicais e com experiência militante, mas não estavam necessariamente inseridas em territórios, ou nesses territórios, antes da construção cotidiana da campanha de solidariedade. Por conta da pandemia, são direcionados a se engajar nas campanhas de solidariedade nos territórios.*

(2) Lideranças comunitárias: *São pessoas referências nos territórios das periferias. Muitas vezes, vinculados a associações de moradores; outras vezes, referências por fazerem trabalhos importantes no território, como um professor de capoeira, por exemplo. A avaliação do Periferia Viva era de que essas lideranças por vezes estavam “amortecidas” ou “adormecidas” e, com a pandemia, foram “reativadas”.*

(3) Voluntários: São pessoas que não são organizadas e que não necessariamente possuem um histórico de militância ou de envolvimento com campanhas do campo popular. Mas que, na situação de pandemia, motivadas por ímpetos e solidariedade, se aproximam das campanhas e dos territórios. Muitos, por vezes, são estudantes, ou até mesmo profissionais que se sensibilizam e se dispõem a contribuir de alguma forma. Chamamos a atenção aqui, porque acreditamos que o voluntariado frequentemente é uma forma de envolver outros setores da sociedade, como a classe média.

(4) Formuladores: Trata-se de militantes que têm formulado a campanha Periferia Viva e disputado a noção de solidariedade. Mansan e Senhorinha, de Pernambuco, são exemplos de formuladores.

(5) Articuladores: Trata-se de militantes e voluntários que assumem as tarefas que são realizadas à distância ou remotamente, com ênfase em tarefas logísticas: recolhimento de doações, organização de transporte e de montagem das cestas, por exemplo. Allanis, do Rio de Janeiro, é um exemplo de articuladora.

(6) Entregadores: São os militantes e voluntários que estão presentes nas ações de entrega de cesta. São eles também que mantêm contato constante com a comunidade para repensar e avaliar o formato e organização das doações. Janderson, no Rio de Janeiro, é um exemplo de entregador.

(7) Médicas(os) da Rede de Médicas e Médicos Populares: São médicas(os) que não necessariamente se enquadram na categoria de militantes, tampouco na de voluntários. A Rede de Médicas e Médicos Populares é uma organização recente, que traz em sua bagagem o acúmulo de experiências de solidariedade, especialmente na forma da experiência de brigadas, como em Brumadinho.

(8) Agentes Populares de Saúde: São moradores dos territórios onde há campanhas de solidariedade, formados para agir em sua própria comunidade, como avanço da própria campanha Periferia Viva.



2.5) Ações concretas

“A finalidade do trabalho de base é resolver problemas concretos do povo num território. Os dados da realidade e as necessidades identificadas devem sugerir propostas concretas de ação”.

“Todo dia tem que ter ação da comunidade, ação de limpeza, ação de educação, de cultura, tudo isso aí. Lá na nossa comunidade agora todo dia tem mutirão, mutirão das mulheres, do posto de saúde, semana passada teve evento, uma caminhada nossa, e o que constrói isso aí? os próprios jovens! o seminário que a gente fez... então tem que movimentar os jovens pra fazer as coisas. Tem que trabalhar essas questões. Tem que chamar esses jovens, fazer eventos só de jovens”.

Fazer uma ação concreta no trabalho de base é uma dimensão que a militância conhece bem. É a vivência de que só a luta muda a vida. A militância deve sentir qual ação o povo tem disposição para se colocar em movimento para realizar. A ação a ser feita é aquela na qual o povo participa porque está na compreensão, no momento e no ritmo que dialoga com o nível de consciência e experiência daquela comunidade. A militância pode e deve apresentar propostas, o que não deve é impor ações que não são assumidas que determinado coletivo não está maduro a realizar. É decisivo acertar nas primeiras ações; para isso é essencial a análise das possibilidades de vitória, que anima a vontade de continuar.

A realização de lutas, como a que seriam ações em outros períodos: ocupação de prédio público, marchas, ato massivo estava obstruída ou limitada durante o momento que era necessário o isolamento social para preservar vidas. Nesse contexto, aparece o **desafio da paciência impaciente**: esperar que a luta surja de lá, mas, trabalhar para que ela surja! Ou seja, a percepção de que não teremos respostas rápidas nem um saldo visível em que desemboque esse trabalho popular: o tempo é outro.

Três dimensões importantes diante das ações concretas:

1) *A ação precisa dialogar e buscar resolver demandas imediatas da vida do povo: Como podemos ver em nossa pesquisa e durante o acúmulo do curso TBÉEP a demanda imediata abre brechas para desenvolver o trabalho popular. São a partir delas que desenvolvemos os primeiros vínculos de confiança com os sujeitos de uma comunidade. Essas ações são, principalmente, uma resposta imediata a problemas objetivos, como a fome. A ação da doação de alimentos levou a síntese política do “encontro do alimento das áreas de reforma agrária com a panela vazia do povo pobre nas periferias” e permitiu vincular a luta do campo com a luta da cidade por meio de um processo de entrega de cestas básicas ou marmitas.*

2) *As ações fragmentadas e a mediação com as lutas gerais:* Ao passo que elevamos a consciência conseguimos aprofundar o entendimento da raiz dos problemas da classe trabalhadora e as formas de organizar a luta, desde as lutas objetivas e sua ligação com a luta mais geral. Por exemplo: ao entrar em um território com ações de solidariedade, não é automática a ligação para o conjunto de questões estruturais, como, por exemplo, a bandeira Fora Bolsonaro. Fazer as mediações das ações concretas com o entendimento da luta de classes deve ser uma tarefa no campo ideológico.

3) *Demandas populares e pressões ao poder público:* Algumas linhas de debate no campo da esquerda colocam ações de resposta a demandas concretas da vida do povo como ações assistencialistas, como se estivesse cumprindo um papel que é do Estado. É importante levar em consideração nesse processo a construção de força social para arrancar do poder público e fazer valer os direitos. Ao mesmo tempo em que é importante aliar o tema da participação às políticas públicas, ou seja, organizar o povo em torno da conquista e da realização dos direitos sociais.

2.6 Organização Popular

“Todo Trabalho de Base deve ter objetivo de organizar o povo”.

A organização Popular é uma ferramenta, um meio, não tem finalidade em si. Está relacionada a uma estratégia e a um projeto de sociedade. Construir um Grupo/ Núcleo de Base é parte essencial do trabalho popular, é seu alicerce e sua força. O Grupo ou Núcleo de Base é formado por pessoas que já se comprometeram com o movimento, diferente de um clube de amigos, um comitê eleitoral, uma associação ou a comunidade de uma igreja. O Grupo/ Núcleo de Base é caracterizado pela afirmação do poder popular. Mobiliza uma dimensão de poder entendido como a capacidade de organizar a vida social.

Foi possível captar no processo da solidariedade três noções organizativas fundamentais: (I) a “consciência social organizativa”, ou seja, ações planejadas, executadas e avaliadas; (II) a “metodologia multiplicadora” (uma pessoa por rua da comunidade); e 3) a expressão de outrora “fermento na massa” (organizar coordenações comunitárias em vista de qualificar as iniciativas no seu território, que demanda um tipo de acompanhamento, formativo e educativo).

No entanto, quando militantes e lideranças locais experimentaram uma atuação como educadores e educadoras populares, não repetindo conteúdos e sim vivenciando uma relação dialógica capaz de movimentar a solidariedade na periferia, constituíram-se coordenações das ações com lideranças locais e as brigadas intermediárias ou brigadas de apoio abertas a voluntários nas tarefas de comunicação, cultura, oficinas e questões sanitárias e ambientais. Essa engrenagem foi mostrando que aquele esquema de construir um grupo menor que gira uma roda maior se mostrou insuficiente.



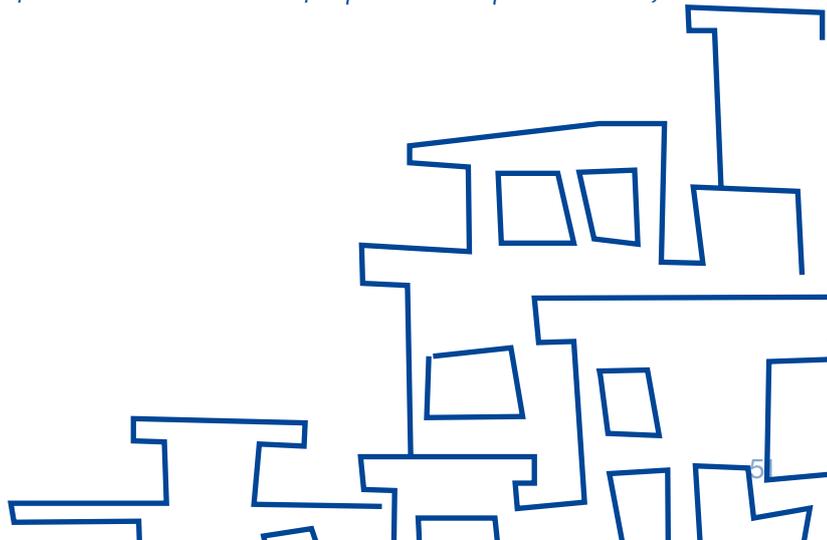
A engenharia de organização se mostrou mais sofisticada no sentido de buscar construir condições para um trabalho perene e contínuo, no qual cada ação é preparada e avaliada para examinar os avanços e recuos no dinâmico processo de construção de força social por meio da organização popular.

Antes de se colocar o desafio de novas formas de organização popular, identificamos um desafio anterior, que precede aos dilemas organizativos. **O desafio da linguagem, o lugar da palavra, da relação dialógica, das relações de poder.** A linguagem tem papel muito importante na organização popular em tirar o povo do lugar de espectador. Organização se faz com o povo e não para o povo. É parte do reconhecimento do quanto a pedagogia “bancária” está entranhada na sociedade e em cada um de nós individualmente. Nosso modo bancário de ser, por vezes, mascara-se na nossa atuação proativa diante das urgências que a conjuntura impõe, e vem da formação de anos em cursos onde acumulamos conhecimentos e aprendemos que precisamos aplicá-los nas experiências concretas.

Aqui, reside a dificuldade na comunicação, a sensação de que a conversa é em diferentes dialetos: o rural não fala a mesma língua da cidade e o povo não fala a mesma língua que a esquerda. A linguagem corresponde a um sistema de comunicação, abrangendo elementos para muito além da oralidade, coloca uma dimensão de poder. É necessário se reconhecer na mesma relação de poder para que a relação dialógica se estabeleça. A relação dialógica trata-se de uma postura militante ao considerar que “eu sei”, “tu sabes”, “nós sabemos”. Por meio dos relatos fica nítido que, por vezes, o povo fica confuso com relação a quem são os militantes e “por quê agimos como agimos”, ou “o que que eu ganho indo nessa reunião?”. Por outro lado, por vezes, o militante fica cabreiro quando se depara com o conservadorismo e contradições no seio do povo.

Nas palavras do companheiro Joaquim, do MPA Rondônia, educando do curso TBÉDP:

“Lembro que quando fomos fazer uma distribuição de alimentos nesse bairro, já começamos a gritar “fora Bolsonaro!” e gente do céu! Alguns seguiram junto de nós, mas o local onde nós estávamos e nos foi cedido pra ação era uma igreja dessas de direita, e a gente pensando que esse povo era nosso e ficou gritando fora Bolsonaro. Na próxima atividade que íamos fazer dali 8 dias já não nos cederam espaço, e a gente teve que ir pra casa de uma senhora que é conhecida nossa e fazer o trabalho de lá. Então a gente precisa recomeçar de novo, reconhecer o ambiente que nós estamos, a conjuntura onde nós estamos, a cultura do povo, acho que é esse “breque” que Eliane tá falando e que precisamos prestar atenção”.



Três dimensões se destacaram nos desafios da organização popular:

1) *Centralidade da relação dialógica no processo de organização popular: Numa primeira aproximação podemos dizer que para que o diálogo possa se estabelecer a postura deve ser num sentido de ir ao encontro, antes de despejarmos a bagagem militante nos sujeitos que não são receptáculos para a escuta. Ao mesmo tempo, a postura deve ser de compreensão de quem é o povo, como vive, o que consome, como se expressa, de quem gosta, com quem se associa, sob que lógica funciona, e o que o sufoca. É a partir dessas contradições que se estabelece o diálogo de visões de mundo e caminhos políticos que convencem da necessidade de organização. Ou seja, chegar e sugerir a forma como se organizar revelou limitado, porque a forma de organizar é construída no processo na medida em que o povo sai do lugar de espectador para o lugar de protagonista.*

2) *Centralidade da unidade no processo de organização popular: Nenhum movimento popular pode dar respostas organizativas de forma isolada nos territórios. A realidade exige de nós nos debruçar sobre a realidade que vamos construir o trabalho, e isso passa por entender quais são as demandas, lutas, questões presentes em cada local. A vinculação das demandas locais com um projeto popular de país faz com que essa seja uma tarefa do conjunto dos movimentos e organizações populares e sindicais do Campo Político. A necessidade de construção de unidade, na prática e no detalhe, em torno de uma estratégia de construção de força social do projeto popular no meio urbano, em detrimento de cada movimento buscar uma resposta sozinho, é imprescindível. Nenhum movimento sozinho pode responder aos desafios políticos a partir das lutas das mulheres, negras, negros, jovens, LGBTQIA+, ambientalistas, diferentes matrizes religiosas; Nenhum movimento sozinho pode responder à necessidade de gerar trabalho e renda e combater a fome e a violência que se abate sobre a classe trabalhadora. Nenhum movimento sozinho pode construir um novo ciclo de lutas de massas no Brasil. Mas, articulados, coordenados e construindo uma mesma estratégia, essas possibilidades se colocam no horizonte.*



3) *Centralidade na consolidação de vínculos, expansão dos contatos e afirmação de organizações e referências locais: A organização popular ganha tanto quanto o Trabalho de Base é capaz de contribuir para fomentar e despertar o trabalho comunitário, por vezes adormecido ou interrompido nas periferias urbanas. Quando já existe base comunitária no território, a tendência de se chegar mais rapidamente a organização de referências locais é maior, porém, podem ter dificuldades na construção de articulações para fora do território, por exemplo. As experiências de organização popular em torno dos eixos de doações de alimentos (como cestas e feiras populares); mutirões populares (como mutirões de saúde, de direito e reconstrução de casas/praças); e atividades locais (como dia de marmita e atividade com crianças) mostraram a sinergia entre o movimento comunitário urbano e o trabalho de base dos movimentos. As periferias dos centros urbanos são territórios de uma multiplicidade de sujeitos. Não se pode partir do princípio de que o que está estabelecido no território automaticamente está classificado entre inimigos e aliados do povo. A visão maniqueísta da realidade atrapalha quando enfrentamos o desafio da consolidação dos vínculos. O desafio é atuar nas contradições e expandir contatos, aproximar de referências e trabalhar junto a formas organizativas já presentes no território. É necessário olhar também para o vácuo organizativo das organizações de esquerda, encontrar brechas, os sujeitos que já passaram por organizações e partidos, associações de bairros, grupos de jovens que debatem cultura e outros temas, entre outros.*

2.7) Sistematização

A sistematização, apesar de ser um legado da prática de gerações de militantes populares do Brasil e da América Latina, se consolida como a dimensão mais original desse processo de Trabalho de Base na experiência da política de solidariedade. Em alguma medida houve o reconhecimento de que a sistematização, por vezes, esteve secundarizada ou foi terceirizada (dava a tarefa para alguém “fazer”).

O passo mais importante desse processo foi a compreensão coletiva de que assim como o Trabalho de Base é realizado por militantes, a sistematização é feita por quem é parte do processo, ou seja, tem a percepção de si mesmo como sujeito da ação, mostra interesse em aprender (disposição, tempo e disciplina), tem sensibilidade para deixar a “experiência falar por si mesma” em todas as suas possíveis dimensões e desenvolve a habilidade para fazer análise crítica.

A sistematização traduziu o **desafio do Respiro**. Os militantes da política de solidariedade “*fizeram os corres*” com suas mochilas de lá pra cá, de cá pra lá, atarefados nas emergências da pandemia e quando se deram conta eram eles que estavam sufocados. É preciso tempo de respiro para dedicar trabalho à reflexão sobre a prática. A sistematização é o tempo de respiro para educadoras e educadores assentarem as variadas memórias dos processos vivenciados no Trabalho de Base. É o momento de interpretação crítica e coletiva de uma ou de várias experiências com o povo. Ao longo desse intenso processo da vivência houve um amadurecimento coletivo da necessidade de reflexão sobre a prática.

Trata-se de se apropriar do tempo para refletir sobre a intencionalidade das ações, ordenar, reconstruir, entender a lógica dos processos. Produzir ciência e conhecimento sobre a experiência. O respiro leva ao reconhecimento de que muitas vezes não refletimos com orientações de método científico sobre o que nós mesmos fazemos no trabalho de base. Sem essa reflexão, não nos damos conta de que o diálogo não planejado não significa dialogar; Não estabelecer objetivos para cada ação e não registrar (como aconteceram os trabalhos ou não), significa seguirmos de ações em ações, até que o cansaço e o esgotamento tomem conta dos poucos recursos que dispomos e das poucas pessoas que se desafiam nessa tarefa. E sem estes fatores intencionais, não criamos as condições objetivas para a produção de análises mais consistentes.

O respiro leva ao convencimento de que o processo de sistematização junto a militância, produz interpretação crítica do desenrolar da política de solidariedade concebida como ativa. Sistematização é sempre sobre algo concreto, organizando os objetivos da escuta do povo, que significa garantir a continuidade do diálogo, planejando com cuidado e respeito como inserir a nossa visão de mundo em diálogo com o que escutamos de modo atento a partir do outro, educandos-educadores. É por isso que é importante o registro das experiências. Um requisito fundamental para garantir uma boa sistematização é que esses registros sejam feitos o mais próximos possível do momento em que ocorreu cada fato que será relatado. O TBéEP colocou a FICHA DE REGISTRO na mochila militante!

Anexo - **pg. 62**

Por Igor Machado, das Brigadas Simbólicas do Maranhão e educando do curso TBéEP, os desafios da sistematização passam por:

“Acho que a gente está se aprofundando nesse estudo pra entender as formas de se comunicar com o povo, nesse trabalho de base que a gente tá aqui construindo nesse momento, se inspirando nos nossos exemplos, nos movimentos sociais, de base, nossos movimentos acertam muito. Então se inspirar em nós mesmos e rever nossas falhas, acho que aí a gente consegue dar uma alavancada no nosso trabalho de base que a gente fala, porque isso realmente é Educação Popular”.



Em qualquer atividade com o povo esses três momentos precisam estar planejados e organizados. Elaborar questões para cada um destes três momentos contribui na preparação de uma atividade de trabalho de base popular.

O que?

A pergunta inicial para o registro: o momento do estudo de determinada realidade. O ponto de partida é o questionamento sobre a realidade em que estamos imersos com o povo, é o ponto de vista, o olhar do povo sobre a realidade. É preciso formular questões que motivem as pessoas com quem dialogamos a expor sua visão de mundo. Definir de forma concreta a) para que sistematizar; e, b) definir quais aspectos centrais das experiências relatadas receberiam enfoque na sistematização. Esse é um momento fundamental para construirmos o fio condutor de nossas ações. A partir desse fio condutor, tínhamos a possibilidade de reconstruir as histórias relatadas – dialogando com o tempo e contexto. Esse é o momento onde os nossos registros se tornarão mais do que descrições das ações vividas – que deverão ser feitas –, mas reflexões daquilo que foi realizado. É o momento de escutar e ser escutado.

Os por quês?

A partir desta leitura da realidade é importante destacar o que vamos aprofundar. A visão de mundo que os militantes e educadores trazem se coloca em diálogo com o povo no segundo momento deste processo, motivada pela problematização ou questionamentos dos porquês daquela realidade, das raízes daqueles problemas. A sistematização deverá indagar permanentemente a seguinte questão: por que aconteceu o que aconteceu? Nesse momento de análise crítica do processo, é importante formular questões que vão além da descrição de nossas ações, mas que possibilitem interpretarmos criticamente a realidade vivida com o objetivo de transformá-la. A partir deste ponto teremos que ordenar e classificar as informações que temos em mãos – uma lista de perguntas pode ser útil para esse momento.

Como?

É o momento da organização do conhecimento. Desafio de como agir, como organizar o que fazer com esses conhecimentos. Todo este percurso formativo precisa caminhar para uma ação, para um fazer coletivo, indicando a continuidade do processo e do compromisso com e entre aquelas pessoas.

2.8 Formação Política

“A formação política é uma necessidade de quem luta”.

De modo geral há um entendimento no Campo Político do Projeto Popular para o Brasil de que a formação não se reduz ao momento de um Curso de Formação. A primeira “escola” onde militância e povo se qualificam é na construção de ações e na reflexão sobre elas. A luta, a experiência organizativa e a política de comunicação são compreendidos como processos formativos. Ao mesmo tempo, se reconhece a importância de Cursos de Formação com o acompanhamento de uma CPP - coordenação político-pedagógica, que zela pelo recebimento e apropriação da teoria revolucionária. Foi possível verificar que a grande maioria dos militantes nas tarefas da política de solidariedade tinham feito cursos sobre “Trabalho de Base e Educação Popular” ou algum módulo sobre esse tema nos cursos de formação política dos respectivos movimentos. A maioria das mochilas militantes portavam fisicamente: livros, cartilhas e roteiros sobre Trabalho de Base e Educação Popular. E a constatação foi de que é importante afirmar concepções que fazem parte do legado de educadores e educadoras que sistematizaram o trabalho popular em outras conjunturas, assim como também é importante se entender como educadores/as populares que produzem afirmações sobre Educação Popular diante dos atuais desafios do Trabalho de Base nas periferias dos centros urbanos.

Nesse sentido, os processos de formação lançaram luz sobre o **desafio de superar a cultura militante atravessada pelo neoliberalismo**. Nessa trajetória os militantes puderam se dar conta que sua bagagem não carregava apenas solidariedade. Mas a solidariedade ativa construída no processo coletivo entra em contradição com o individualismo e meritocracia que moldou os indivíduos durante tantos anos de hegemonia do neoliberalismo em nossa sociedade.



Identificamos alguns pontos de tensão nos processos de formação política, dos quais destacamos três:

1) *Desfazer-se do medo do conflito e da luta dos contrários:* A coordenação da campanha Periferia Viva organizou um processo de formação em três módulos com os agentes populares de saúde. Esse foi um espaço privilegiado para avançar na elaboração da proposta a partir da reflexão sobre a prática que foi sendo desenvolvida em alguns bairros. Se o método dialético é o método do trabalho de base, ou seja, considerar a realidade em permanente tensão e disputa, em intenso processo de luta, no processo de formação da Campanha Periferia Viva o tema da solidariedade expressou o conflito em torno das diversas apropriações do termo “solidariedade”. A militância precisou se desfazer do medo do conflito e da luta dos contrários para enfrentar o tema da caridade, assistencialismo, voluntarismo e da Solidariedade S.A. Em vez de desconhecer, esconder ou conciliar, foi preciso encarar a contradição e colocá-la a serviço da luta pela transformação na disputa da solidariedade classista, ativa, periférica e popular.

2) *Sair da zona de conforto:* A Coordenação do TBÉEP, ao estimular o processo de sistematização, se deparou com o fato de que a reflexão sobre a prática retira a militância da zona de conforto. Uma análise crítica e responsável sobre experiências de participação vazias de protagonismo forjou uma cultura militante de trabalho popular urbano que não se sabe fazer com que os demais participem. A hierarquia, o monopólio de informações, o egoísmo, as narrativas difusas, o imediatismo das saídas individuais em detrimento às construções coletivas permeiam os processos de trabalho popular e dificultam o amadurecimento de um processo que acumule forças nas periferias das grandes cidades. O desafio de superar a fragmentação, ler e compreender essa construção no cotidiano do Trabalho de Base nos territórios é parte do que se compreende nesse processo por Educação Popular. Portanto, busca-se refletir, teorizar e sistematizar as práticas de vinculação popular nas periferias das grandes e médias cidades, extraindo elementos locais, com força de princípios e de unidade nacional, que darão condições para a construção de um processo consciente e crítico de mobilização e construção de força social e política.

3) Romper a dicotomia do fazer e pensar. No TBÉEP foi possível identificar também a partir do processo de sistematização uma tensão oriunda da falsa dicotomia que separa o trabalho de base como algo da prática, de tarefas associadas a militância mais jovem, do trabalho teórico, como o da produção das análises de conjuntura e da elaboração das linhas políticas. A origem dessa tensão, foi emulada no período do trabalho no modelo fordista, assentado na cascata de hierarquias, o que produziu uma certa equivalência na esquerda, na figura do dirigente que emanava a política a ser consumida pela militância. Essa dinâmica está em seus estertores finais, diante das exigências de espaços políticos feitas pelas mulheres, negras, negros, jovens, LGBTQIA+, ambientalistas, grupos de diferentes matrizes religiosas, todos trazendo para o centro dos debates a heterogênea classe trabalhadora. Só é possível que ocorra trabalho de base, quando este é parte intrínseca de uma elaboração política estratégica que lhe dá rumo e o sentido de para onde ir e, portanto, expressa parte das linhas políticas táticas de um determinado campo político, que fundamenta com base na sua formulação estratégica não só o trabalho de base, mas o conjunto das tarefas, seja no campo da formação, das comunicações, na agitação, das articulações nacionais e internacionais.

2.9 Mochila nas costas

“Estar preparado para sair diz respeito a uma dimensão fundamental do trabalho popular que é o militante não se tornar indispensável no processo”.

Essa afirmação dos roteiros de Trabalho de Base tem um elemento que é importante para a militância: não ser indispensável no trabalho de base, se preparar para “sair” é termômetro do protagonismo popular, pois a intencionalidade militante precisa ser enraizada, assumida e realizada pelas próprias lideranças locais. Nesse sentido, os Agentes Populares, compreendidos como os que permanecem, são o saldo organizativo desses processos de trabalho de base. Permanece no território a pedagogia da pergunta. É tempo de perguntas. São muitas as perguntas: Qual a tarefa final do trabalho nos territórios? Qual seria sua função? Como criar autonomia nos territórios? Como realizar esse objetivo e definir linhas (não modelos) nacionais? Permanece nos territórios a denúncia do neofascismo e o anúncio de uma nova sociedade, são as sementes da construção de força social urbana dentro da estratégia do Projeto Popular para o Brasil. Permanece nos territórios a educação popular que produz novas sínteses desde o encontro entre os diferentes saberes populares e científicos.



As mochilas militantes até podem “ir” realizar outros tantos trabalhos populares. Paulo Freire fica e se multiplica em meio a delicada desalienação, em meio a barbárie histórica, em meio ao mutismo, ao assistencialismo passivo, à domesticação dos corpos que vivem de vender força de trabalho. Trabalhar na pedagogia da desobstrução da estima, da confiança, do potencial político do povo brasileiro, fazer emergir as suas palavras de possibilidades de futuro, fortalecê-las, encadeá-las, nacionalizá-las em milhares de Círculos Populares, até que se tornem um grito furioso de libertação nacional. Um grito de rompimento com todas as cercas que proíbem e impedem um trabalho de criação de possibilidades de um projeto de futuro, de um futuro a um povo reprimido, coibido, coagido em suas aspirações em seu potencial revolucionário.



Uma máquina de sonhos

Por Luma Vitorio, poetisa e militante do Campo Popular

Em dias de fome e morte
Se não aprendemos a sonhar
É difícil sonhar sozinho
De gente para gente
Nós andamos construindo
Cai e lavanta
É edificando o povo que a gente aprende
O Trabalho de Base anda seguindo
Cai parafuso e enferruja essa máquina suja
Há quem acredite que não é da imperfeição
que o sujo sonho surja
Até poderia ser,
Os limpos, profundos e mais puros
Pesadelos
Mas somos dos avessos
Somos uma máquina feita de gente
Que luta, mas luta sonhando.
Realiza
Não na pressa de uma curta corrida
Chegaremos no ritmo de uma longa maratona
Uma máquina, pesada de sonho e grande
Grande porque é feita de gente que sonha.



Bibliografia

- 1** *Revista Estudos do Sul Global - 100 anos de Paulo Freire: um projeto de esperança*
<https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/issue/view/3/4>
- 2** *Coluna da Periferia Viva, no Brasil de Fato - Trabalho de Base é Educação Popular*

<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/28/trabalho-de-base-e-educacao-popular>
- 3** *Curso Trabalho de Base é Educação Popular - Caderno do Educando*

https://drive.google.com/file/d/1CNQgojswBaqT6Sw7DtXIGc0h_umfqs_v/view?usp=sharing
- 4** *Curso Trabalho de Base é Educação Popular - Caderno do Educando*

https://drive.google.com/file/d/1CNQgojswBaqT6Sw7DtXIGc0h_umfqs_v/view?usp=sharing
- 5** *Revolução de Anita, de Shirley Langer. Editora Expressão Popular, 2020.*
- 6** *Estudos do Instituto Tricontinental - CoronaChoque e Patriarcado*

<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-4-coronachoque-e-patriarcado/>
- 7** *Um olhar sobre juventude e periferia em tempos de CoronaChoque*

<https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-33-brasil-juventude/>



FICHA REGISTRO DE ATIVIDADES

Nome: _____

Data: __/__/__

Estado:

Município:

Bairro:

O QUE? *Atividade desenvolvida (objetivo planejado, roteiro proposto e pessoas que participaram)*

POR QUE? *(Questões polêmicas, palavras-chaves que se destacaram, limites, dificuldades e conflitos encontrados na atividade) participaram)*



COMO? *(Próximas Ações e Encaminhamentos Práticos)*

Observações de aprendizagem





**O que tem na
Mochila do
Militante
da Política de
Solidariedade?**



COLEÇÃO



TRABALHO
DE BASE



É
EDUCAÇÃO
POPULAR

Realização:



Parceiro:

